

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

CAMILA SANTOS DA SILVA

QUEM OCUPA OS ALTOS CARGOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS?
UMA ANÁLISE DO PERFIL BIOGRÁFICO DOS OCUPANTES DOS ALTOS
CARGOS NOS GOVERNOS DILMA E TEMER

Brasília

2019

Camila Santos da Silva

QUEM OCUPA OS ALTOS CARGOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS?
UMA ANÁLISE DO PERFIL BIOGRÁFICO DOS OCUPANTES DOS ALTOS
CARGOS NOS GOVERNOS DILMA E TEMER

Monografia apresentada ao Instituto de Ciência Política (IPOL) da Universidade de Brasília (UnB) como requisito à obtenção do título de bacharela em Ciência Política.

Orientadora: Professora Dra. Danusa Marques

Avaliador: Professor Dr. Carlos Augusto de Mello Machado

Brasília

2019

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Conceição e Mendonça, por sempre estarem ao meu lado, me incentivando, apoiando e me ensinando. Tudo que sou hoje é graças a vocês e todo amor e auxílio que sempre me deram. Obrigada por sempre confiarem em mim e em minhas escolhas, de me protegerem e de sempre quererem o melhor para mim, sei que tudo que fizeram e que continuarão a fazer é pelo meu bem.

Sei que fizeram o possível e o impossível para me proporcionarem a melhor educação possível e atender todas as minhas necessidades, as vezes até as mais fúteis. Agradeço também ao meu irmão, Eduardo, que sempre me protegeu, me guiou e foi meu amigo, me dando conselhos, me ajudando e me dando todo amor e carinho de irmão.

Às professoras e professores que desde meu início na vida acadêmica me guiaram, me ensinaram e sempre estiveram dispostos a colaborarem no meu crescimento, não só profissional, mas também pessoal. Em especial a minha orientadora, professora Danusa Marques, por toda sua paciência, consideração, atenção e ensinamentos durante a jornada de realização deste trabalho. Também por todos os ensinamentos não só como orientadora e professora, mas também como pessoa, obrigada por todas as conversas que tive o prazer de ter com você e aprender um pouco mais.

Ao professor Thiago Trindade, que me guiou durante minha época de iniciação científica, e me abriu os olhos para a temática dos movimentos sociais e da participação política. Por me fazer notar que todos os nossos atos, até os mais comuns, podem ser um ato político e de manifestação, e como a participação da sociedade civil é importante para a criação de um ambiente democrático. E por toda sua paciência e vontade de nos fazer aprender.

Aos amigos que me acompanham desde minha época de ensino fundamental e médio e que estão sempre me apoiando e me desejando sucesso. E aos que fiz na Universidade de Brasília (UnB), que viveram comigo oportunidades e experiências que só a UnB pode proporcionar e que todo dia me ensinavam um pouco sobre tudo.

Não posso esquecer das pessoas queridas e que se tornaram parte de mim que conheci na Afrebras, que todo dia me ensinam um pouco e me ajudam a crescer como profissional e como pessoa.

E sou profundamente e eternamente grata à UnB, por tudo que vivi e aprendi nesse lugar maravilhoso, porém, as vezes hostil. Sei que a pessoa que sou hoje é mil vezes melhor do que a que era quando entrei. A UnB me ajudou a ver o mundo e suas diferenças com outros olhos, me ajudou a abraçar essas diferenças e respeitá-las. Passei por experiências e momentos que me tornaram mais fortes, que me ensinaram mais sobre meus limites, e que foram extremamente necessários para que essa etapa fosse concluída.

Hoje me despeço deste lugar que tanto me ensinou, porém, gosto de pensar que é mais um até logo, pois, sei que ainda quero voltar e aprender mais nesse monumento que é a UnB.

Resumo

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2016 a população brasileira era composta por 205,5 milhões de habitantes. Sendo que mais da metade era composta por mulheres, 46,7% se autodeclarava parda e 8,2% se declarou preta. Contudo, ao vermos as características dos representantes da população brasileira dentro da política, em mais específico do grupo que compõe a Câmara dos Deputados, também conhecida como a “casa do povo” vemos que não há uma semelhança entre o perfil de parlamentares com o perfil da sociedade brasileira.

De modo, que os grupos que são considerados minorias raciais e de gênero, mesmo compondo mais da metade de população não possuem tanta representação dentro da Câmara. E ao analisar isso, vemos que há diversos fatores que podem levar a esse resultado, sendo um deles o recrutamento político. Sendo importante ressaltar que esses grupos quando conseguem adentrar a Câmara, possuem dificuldades de ocupar cargos de maior importância.

Isso, pois, há uma divisão dentro do parlamento entre “ocupantes de altos cargos” e “não ocupantes”. Por isso, o foco será uma análise do perfil biográfico dos parlamentares eleitos para 55ª legislatura e dividi-los, para efeitos desta pesquisa, aqueles que ocupam altos cargos dentro da Câmara e aqueles que não ocupam.

E ver quais são as principais características entre os dois grupos e se eles são semelhantes. Além disto, busca-se ver se o perfil desses parlamentares que possuem cargos altos muda quando ocorre a saída de Dilma da presidência em 2016 e a entrada de Temer. Para isso, foi montando um banco de dados com informações retiradas do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Secretaria Geral da Mesa (SGM) e dos perfis pessoais dos parlamentares.

Palavras chave: Câmara dos Deputados; Gênero; raça; elite; legislativo; parlamentares; deputados; perfil; cargos;

Abstract

According to data from the *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística* (Brazilian Institute of Geography and Statistics) in 2016 the Brazilian population was composed by 205,5 millions of habitants. More than half of the population being of women, 46,7% self-declared to be of brown skin and 8,2% to be black. However, when we analyse the characteristics of the Brazilian political representatives, in special the group that composes the Chamber of Deputies, also known as “the people’s house” we can see that there is not a resemblance between the profile of the members of the parliament and the Brazilian society profile.

In a way that the groups that are considered racial and gender minorities, even composing more than half of the population do not have as much representation inside the Chamber of Deputies. Analysing this we can see that there are several factors that can lead to such result, one of those being the political recruiting process. It is important to emphasize that when these groups can make their way through the Chamber of Deputies, they face difficulties to fill high-profile positions.

That is, because, there is a division inside the parliament between the “occupants of high positions” and the “non occupants”. Due to this, the focus will be an analysis of the biographical profile of the elected parliament members for the 55th legislature and divide them, for the purposes of this research, those who occupy high positions within the House and those who do not occupy.

And see what the main characteristics of both groups are and if there are any similarities between them. Besides that, it is sought to analyse if the profile of these parliamentarians who hold high positions changes when Dilma left the presidency in 2016 and Temer steps in. For that, a data bank was created with information from the *Tribunal Superior Eleitoral – TSE* (Electoral High Court), *Secretaria Geral da Mesa – SGM* (General Secretariat of the Table) and the Parliament member personal profiles.

Keywords: Chamber of Deputies; Gender; race; elite; legislative; parliamentarians; deputies; profile; position.

Sumário

Introdução	8
Metodologia	11
Capítulo 1 – Elites do Legislativo e Recrutamento Político.....	13
Capítulo 2 – Perfil biográfico da classe política brasileira.....	31
Capítulo 3 – Dilma x Temer – perfil dos deputados em cargos de destaque....	48
Conclusão.....	59
Referências Bibliográficas.....	61

Introdução

A classe política brasileira é comandada há muitos anos por membros das camadas mais privilegiadas da sociedade brasileira, porém segundo Rodrigues (2002) essa característica da nossa classe política passou por alterações a partir de 2002, com a chegada de Lula à presidência da república. Tal ideia de que a classe política é composta por membros das camadas mais altas acaba remetendo à ideia dos elitistas clássicos, como Mosca, que generaliza falando sobre a existência contínua de uma classe dirigente e de uma classe que será governada. Muitas interpretações, como as elitistas clássicas, consideram que a divisão entre governantes e governados é uma constante histórica. Essas afirmações muito frequentemente naturalizam e des-historizam a desigualdade política.

Essa elite governante seria, de acordo com alguns pensadores elitistas, composta por um grupo que é naturalmente mais capacitado que os demais e irá ocupar os cargos de poder. Elite essa que seria composta por diversas organizações partidárias, que irão disputar pelo voto popular nas eleições, em um sistema considerado representativos, e as eleições. Que acaba sendo base para teoria democrática de Schumpeter, que diz que a “doutrina clássica” da democracia, com a qual ele não concorda, é a seguinte: a democracia é o método para promover o bem comum através da tomada de decisões pelo próprio povo, com a intermediação de seus representantes (SCHUMPETER, 1984, p.313). E nessa formulação já se tem a crítica ao que é a noção de bem comum, onde Schumpeter nota que, a ideia de bem comum será distinta para cada indivíduo, e como a sociedade é formada por indivíduos distintos, não é possível que haja a construção de vontades comuns.

Schumpeter, então, diz que “o método democrático é aquele acordo institucional para se chegar a decisões políticas em que os indivíduos adquirem o poder de decisão através de uma luta competitiva pelos votos da população” (SCHUMPETER, 1984, p.336). Isso, acaba por mostrar, a aceitação do princípio massa da teoria das elites, que é a incapacidade da maioria de governar, e por isso há uma adaptação da teoria democrática para a adaptação desse princípio.

Logo, a democracia ficaria restrita ao processo eleitoral, que para Schumpeter, é compatível com as restrições ao direito de voto. Por isso, ele enfatiza a importância da liberdade para a apresentação de candidaturas (*idem*:339), porém, deixa claro que essa candidatura só pode ser feita por aqueles possuem determinados recursos, tanto

econômicos, quando culturais. Reduzindo assim a participação do cidadão comum ao ato de votar, e tornando ainda mais elitizado o meio político.

No caso brasileiro, por exemplo, a sociedade, segundo o censo realizado em 2010, é composta por sua maioria por mulheres, pretos e pardos, enquanto isso a Câmara dos Deputados, na legislatura iniciada em 2014, contava com apenas 9,9% de mulheres em sua composição, e os brancos ocupam mais de 70% das cadeiras. Ou seja, há uma exclusão de determinados grupos da sociedade dentro da elite governante, colocando em dúvida a ideia de que existe uma heterogeneidade dentro dela, sendo que ela não consegue ser diversificada a ponto de representar a população em sua equidade, mostrando diversas injustiças desse sistema.

Essa falta de diversificação dentro da composição da Câmara dos Deputados está ligada a diversos fatores, podendo ser o recrutamento partidário um deles, que acaba sendo uma ferramenta utilizada pelos grupos dominantes de poder de tentar manter um perfil que já possui sucesso dentro daquele espaço, que seriam homens, majoritariamente brancos, que acaba sendo imposta pelo racismo e o sexismo estrutural existente em nossa sociedade. Ou seja, o recrutamento político acaba por reforçar a hierarquia e as desigualdades estruturais existentes em nossa sociedade.

Com isso em mente, um dos focos desse trabalho é a elaboração do perfil social da elite política brasileira. De modo a tentar mostrar o perfil daqueles que foram selecionados e competitivos em sua eleição, assim como aqueles que conseguiram ocupar posições de relevo durante sua carreira parlamentar e ver como há uma falta de representatividade de minorias sociais dentro dos espaços de tomada de decisão.

Para isso a pesquisa terá como foco de análise a Câmara dos Deputados na legislatura iniciada em 2015. A pesquisa tem como intuito principal fazer um breve perfil biográfico de uma parcela da classe política brasileira, em específico os membros da Câmara dos Deputados, verificar quais são suas principais características, classificá-la a partir de cargos que foram ocupados durante o mandato e investigar quem ocupa posições de alto reconhecimento e poder político e quem não tem muito capital político para ocupá-las.

Essa divisão é feita a partir da análise de todos os 513 deputados e a verificação de quais destes chegaram a ocupar cargos de destaque dentro da casa, como presidência de comissão, liderança partidária e composição da Mesa Diretora. A ocupação de destes

cargos de destaque representa que o parlamentar possui um mínimo de capital político, a ponto de ser reconhecido por seus pares.

Além disso, busca-se observar se as minorias de gênero e raça são representadas dentro desses cargos. Essa pesquisa também pretende verificar se há alguma mudança no perfil dos membros deste grupo com o afastamento da presidenta Dilma Rousseff da presidência em 2016, e como o relacionamento entre o Legislativo e Executivo pode ter influenciado isto, dado que novas relações emergirão com o fim da era petista no governo pela via do impeachment da presidenta.

Busca-se, em especial, observar se este grupo de parlamentares, ocupantes de altos cargos, possuem características distintas durante os diferentes governos, de Dilma Rousseff e de Michel Temer, e se sua atuação durante esse período também muda. Ressalta-se que o grupo de deputados analisados é o mesmo, os eleitos para a 55ª legislatura, porém é importante controlar se o evento do afastamento da presidenta da república afeta a circulação da elite política nos cargos na Câmara dos Deputados.

Para isso, a pesquisa se dividirá em três capítulos. O primeiro capítulo busca explicar a ideia de elites do legislativo, e como as teorias das elites acabam por naturalizar as desigualdades dentro da política, de modo que isso é refletido no resultado do recrutamento partidário, e como a forma como esse recrutamento é realizado nos regimes concorrenciais desconsiderando-se as desigualdades estruturais que impõem muito mais custos para a eleição de grupos marginalizados.

Já no segundo capítulo será feito um breve perfil biográfico da classe política brasileira, de modo a tentar mostrar o seu perfil educacional, profissional, de raça e de gênero. Este capítulo também buscará mostrar as diferenças institucionais que podem existir dentro da Câmara dos Deputados, de modo que há parlamentares que ocupam posições estratégicas para o processo de tomada de decisões dentro da casa. Sendo estes parlamentares os que mais possuem poder para interferir na agenda legislativa, e no funcionamento das comissões, que são itens fundamentais para o andamento do processo legislativo (LIMONGI, FIGUEIREDO; 2007).

O último capítulo pretende analisar se o afastamento da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, afetou a circulação das elites, de modo a ver se há uma mudança em postos considerados chaves dentro da Câmara dos Deputados. E ver se há realmente de fato uma mudança significativa das características dos deputados que se encontravam no

núcleo do poder no governo Dilma, controlando por suas trajetórias, gênero e raça, em comparação com aqueles questões nos mesmos cargos durante o governo de Temer.

Metodologia

No geral a pesquisa tem como intuito abordar a discussão de legislativo e elites políticas, trazendo esse debate para o período de instabilidade democrática que o Brasil sofre desde o impeachment da presidente Dilma em 2016. Para isso a pesquisa tem como objetivo ver se há diferenças nos grupos que circulam dentro do espaço de tomada de decisão dentro da Câmara dos Deputados durante e após o governo Dilma, e que caso tenha ocorrido tal mudança, tentar ver quais são os grupos que saíram e quais passam a integrar esse espaço, não só partidariamente, mas também em termos de trajetória política.

Busca-se então verificar a hipótese de que os grupos responsáveis pela tomada de decisão no governo de Dilma são distintos em questões de trajetória, gênero e raça daqueles que passam a ter essa função durante o governo Temer.

De maneira a verificar se o evento do afastamento da presidenta implicou uma elitização maior do grupo que concentra o poder de tomada de decisão. Para isso a metodologia de análise busca traçar o perfil social dos parlamentares que estavam em cargos de decisão dentro da Câmara dos Deputados durante o governo Dilma e durante o governo Temer e os compara.

Assim sendo, essa pesquisa será feita a partir de uma revisão bibliográfica de estudos sobre elites, instituições, legislativo, gênero e raça no Parlamento. Assim como ocorrerá a confecção de um banco de dados a partir da junção de fontes primárias e secundárias acerca dos deputados, como as disponibilizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a respeito de todos os parlamentares que aqui serão analisados, além de dados fornecidos pela Secretaria Geral da Mesa (SGM), da Câmara dos Deputados, sobre os parlamentares que fizeram ou fazem parte das lideranças partidárias e de blocos, assim como da mesa diretora e presidência de comissões.

Os sites pessoais dos deputados e de seus partidos também serviram como fonte de consulta, bem como os seus perfis no site da Câmara dos Deputados. Tais dados foram recolhidos e cruzados entre si de maneira a formar um perfil mais realístico sobre os

parlamentares, possibilitando uma melhor análise de suas características e como essas podem influenciar sobre o seu papel de atuação e até mesmo sobre sua carreira política.

Capítulo 1 – Elites do Legislativo e Recrutamento Partidário

A teoria das elites tem várias vertentes, que vai desde a teoria clássica das elites, crítica e até autores marxistas, que debatem seu uso frente ao conceito de classe. E ao olharmos autores clássicos da teoria das elites, como Pareto, que coloca a elite como algo natural e intrínseco da sociedade e, aqueles que detém o poder são aqueles que naturalmente são capacitados para tal, partindo então de um pressuposto que a sociedade é naturalmente dividida entre dominantes e dominados.

Dentro da ciência política, essa ideia de que a elite é formada por indivíduos que dentro do seu campo de atividades conseguem se destacar e se apropriar da maior quantidade de bens ali valorizados, é uma preocupação tradicional da área. Isso, pois, ao analisar diversos autores que possuem visão crítica da formação das elites, percebe-se que na verdade ela não é algo tão natural quantos os autores clássicos colocam, e sim algo que se dá devido as desigualdades históricas existentes dentro das sociedades.

Ao analisar então as elites existentes dentro das sociedades vemos que há diversas, porém para o foco de análise deste trabalho focaremos naquela elite que pode ser considerada elite parlamentar. Para poder chegar a esse ponto foi preciso ter um estudo um pouco mais aprofundado sobre o que seriam as elites e mais especificamente, a elite dirigente, para isso, foi necessário entrar um pouco mais afundo dentro da teoria das elites.

Mosca, por exemplo, fala sobre uma elite dirigente, contudo ele não usa o termo elite, e sim classe, ou seja, há a existência de uma classe dirigente. Essa classe dirigente seria a classe que está à frente de exercer todas as funções políticas, monopolizar o poder e gozar dos privilégios que ser parte deste grupo proporciona (MOSCA, 1966, p.51-52). Contudo, a utilização do termo “classe” para se referir àquele grupo que se encontra a frente das decisões políticas é criticado por alguns autores.

Um destes autores é Wright Mills, que em *A elite do Poder* abomina o uso do termo “classe dominante”. Isso se dá, pois, Mills é o que consideramos um elitista crítico, além de que a ideia de classe acaba remetendo ao marxismo e uma visão simples de que capitalistas seriam então os verdadeiros detentores do poder. Para Mills:

“classe dominante” é uma expressão cheia de conotações indesejáveis. “Classe” é um termo econômico, “dominante”, é político. A expressão encerra, portanto, a teoria de que uma classe econômica domina politicamente (MILLS, 1981, p.328).

Ou seja, o uso de um termo da economia, junto com um termo da política, pressupõe que o mesmo grupo que domina a economia, domina a política. Isso pode ou não ser verdade, pois, para Mills, isso é um processo mais complexo, porém, para evitar equívocos, Mills, após analisar as posições de poder que as pessoas em posições de comando ocupam, acaba aderindo ao uso da definição “elite do poder”. Segundo o autor, ao analisar a classe políticas do Estados Unidos, a elite do poder seria formada por três ordens institucionais: econômica, política e militar. Esta elite do poder que é formada por homens destes três grupos, que são independentes, estão frequentemente em tensão e só se unem em certas ocasiões de “crise”.

Os membros dessa elite do poder são formados, geralmente, por membros perto das cúpulas dos níveis de classe e *status* sociais, do terço superior da pirâmide ocupacional e de renda. Suas origens são muito semelhantes, e até mesmo possuem equivalências educacionais. Entretanto, isso não significa que são representantes das classes superiores da sociedade, ademais, não significa que o que ocorre é uma democracia de interesses e poder equilibrado (MILLS, 1981, p. 330-331).

Bottomore (1974) ao falar sobre as elites, decide usar a definição de que elite é um conceito de grupos funcionais, em especial ocupacionais, que possuem *status* elevado dentro da sociedade. Por isso, para se referir aquela minoria que dirige a sociedade, ele utiliza o conceito de “classe política” de Mosca, para proferir sobre os grupos que exercem poder ou influenciam na política, e que estão diretamente empenhados em disputar a liderança política (pp.14).

Contudo, para Bottomore (1974) dentro desta classe política existe uma “elite política” que seriam aqueles indivíduos que efetivamente exercem o poder político na sociedade, em qualquer período de tempo. A sua extensão compreende “[...] membros do governo e da alta administração, chefes militares, e, em alguns casos, famílias politicamente influentes, [...], e dirigentes de poderosos empreendimentos econômicos” (BOTTOMORE, 1974, pp.15).

Aron (1960) também fala sobre a ideia de uma elite política, porém usa o termo “classe política” ou pessoal político. Segundo ele, esse pessoal político seria uma minoria dentro da elite, que é responsável por exercer as funções do governo, por tomar decisões, entre outros. Na mesma linha de pensamento há Miliband, que dentro do marxismo, deixa

de usar o conceito de classe e analisa a elite pelo exercício do poder político dentro do Estado, descreve uma elite estatal, que seriam os indivíduos que controlam as instituições do estado (Executivo, Legislativo e Judiciário) (PERISSINOTO, 2009, p. 254-260).

Desta forma, para este trabalho, será utilizado os conceitos de elite do poder, focada na elite política, de Mills, classe política de Aron e Bottomore e elite estatal de Miliband. Que mesmo utilizando de conceito distintos, quando juntos acabam tendo formando a ideia central aqui definida. Que seria, que existe um determinado grupo dentro da sociedade, que em seus fundamentos, possuem funções semelhantes, e que acabam concentrando em suas mãos as decisões políticas.

É interessante notar que esse grupo responsável pela tomada de decisão, segundo a teoria das elites clássica, seria o grupo mais qualificado para aquela atividade e seriam os melhores dentro de sua área. Já para os que possuem a visão crítica da teoria das elites, esse grupo não é necessariamente “o mais qualificado”; o que ocorre na verdade é que há uma concentração de poder nas mãos de um grupo dentro da sociedade, o que não é necessariamente algo democrático.

Além de que é contraditório ter uma elite diferenciada detendo em suas mãos a tomada de decisões, dentro de um regime que, teoricamente, se legitima pela igualdade entre os cidadãos. E nisso de existir uma elite dentro da sociedade serve para ressaltar o argumento de que a sociedade é hierarquizada. E vemos claramente que a ideia de elites serve para que haja uma hierarquização dentro da sociedade.

Hierarquização essa que é legitimada durante as eleições pelo voto popular. Esse grupo parlamentar eleito passa então a ocupar um espaço que possui suas próprias regras. E essa ideia de que existe um espaço que a elite política passa a ocupar, a ideia de campo político de Bourdieu é importante para tentar entender como funciona esse espaço ocupado pela elite parlamentar, que também possui sua própria hierarquia.

Falar de campo político e dizer que o campo político (e por uma vez citarei Raymond Barre) é um microcosmo, isto é, um pequeno mundo social relativamente autônomo no interior do grande mundo social. Nele se encontrara um grande número de propriedades, relações, ações e processos que se encontram no mundo global, mas esses processos, esses fenômenos, se revestem ai de uma forma particular. E isso o que está contido na noção de autonomia: um campo e um microcosmo

autônomo no interior do macrocosmo social. Autônomo, segundo a etimologia, significa que tem sua própria lei, seu próprio *nomos*, que tem em si próprio o princípio e a regra de seu funcionamento. É um universo no qual operam critérios de avaliação que lhe são próprios e que não teriam validade no microcosmo vizinho (BOURDIEU, 2011, p.194-195).

Visto que o campo político possui suas regras próprias (algo que acaba se contradizendo com a ideia de democracia), os indivíduos que o adentram, em sua maioria, passam por um processo para que possam fazer parte deste espaço recluso.

Processo esse que pode ser o recrutamento partidário, que aqueles que tem pretensão de concorrer a cargos eletivos, no caso brasileiro, necessariamente precisam passar. Isso, pois, as normas brasileiras impedem que um indivíduo lance uma campanha individual. Ressalta-se ainda que cada partido possui suas regras e controles internos para o processo de seleção de candidatos. E isso não é só a ideia de recrutar um indivíduo, mas também investir em sua campanha, visto a ideia de que aqueles que saem mais vitoriosos de disputas eleitorais, na maioria das vezes, são aqueles que possuem mais recursos para suas campanhas.

1. Recrutamento Político

A visão de recrutamento partidário no Brasil é vista por muitos autores como algo altamente individualista e com pouca interferência partidária. Isso ocorreria porque os partidos brasileiros seriam extremamente fracos organizacionalmente e a representação proporcional e lista aberta definidos nas regras eleitorais, ou seja, o desenho do sistema eleitoral fortalece a ideia de que o indivíduo é maior que o partido. Esse individualismo durante o processo eleitoral, quanto maior for, aumentaria a independência do parlamentar durante seu mandato (MAINWARING, 1991; 1999; AMES, 1995; 2001; SAMUELS, 2001).

Contanto, esses autores parecem deixar de analisar vários fatores que interferem na filiação partidária e na escolha que os partidos fazem ao decidir colocar os candidatos para concorrerem aos cargos eletivos. Norris (2007) também generaliza, por exemplo, ao falar que o sistema político determinará o contexto geral de recrutamento dentro dos partidos, onde ela separa os tipos de recrutamento pelo tipo sistema que cada país possui.

Os países da América Latina, em sua visão, ficam enquadrados dentro do recrutamento formal-centralizado.

Este tipo de recrutamento é onde os líderes dos partidos escolhem quem são os candidatos que irão participar das listas. Segundo a autora, ele é comum nos países latino americanos, que seriam partidos clientelistas. Haveria um chefe carismático que recompensaria aqueles que colaboram com ele, fazendo assim com que a escolha dos candidatos fique nas mãos de um pequeno grupo dentro dos partidos (NORRIS, 2007, p.175), contudo este tipo de recrutamento apontado por Norris é feito de maneira pouco democrática e pública, o que pode levar a incertezas sobre a legitimidade do processo.

Outro tipo de recrutamento que ela define é o recrutamento formal-localizado, que seria um recrutamento no qual as organizações regionais dos partidos são as que influenciam no processo de nomeação. Que em partes seria mais condizente com a realidade brasileira, visto que o Brasil possui mais de cinco mil municípios. Contudo, ao olharmos a maneira como os partidos se comportam em eleições gerais vemos que eles agem de maneira centralizada, visando conseguir apoios importantes para os seus candidatos as eleições. Causando até que eles passem por cima de nomes importantes localmente para conseguirem as alianças de peso para o seu candidato presidencial.

Vale ressaltar que essa maneira de Norris de delimitar os tipos de recrutamento partidário, mesmo generalizando como outros autores, dá algum tipo de poder ao partido, ao falar que o processo de escolha do candidato passa por alguém dentro do partido, seja pelo líder clientelista, seja por organizações partidárias.

Entretanto o processo de recrutamento partidário é algo mais complexo e possui suas peculiaridades. Marengo e Serna (2007), por exemplo, ao estudarem o perfil dos políticos de partidos de esquerda e direita em três países da América Latina, o Brasil, Chile e Uruguai, percebem que os perfis e os tipos de recrutamento são variados de acordo com a ideologia partidária, uns possuem um perfil mais individualista e outros mais partidário, o que se deve ao tipo de dependência que o indivíduo tem em relação ao seu partido.

Ou seja, existem perfis individualistas de carreiras, o que leva a uma menor lealdade partidária, o que causaria as grandes taxas de migração partidária que vemos no Brasil. Porém, essa característica variará de partido para partido, de maneira com que aqueles partidos que são ideologicamente classificados como de esquerda têm perfil de

candidatos mais ideologicamente ligados ao partido, o que faz que eles sejam mais leais aos seus partidos, do que aqueles considerados de centro e de direita. Além de que, os partidos de esquerda recrutam pessoas com menor capital individual, fazendo então com que o capital político seja dependente do partido, fazendo que os políticos de esquerda migrem menos.

Pare este trabalho tentarei olhar como o recrutamento partidário é importante para se ver o perfil dos candidatos que são eleitos, e como isso, pode influenciar na quantidade de negros, pardos e mulheres que saem vitoriosos da corrida eleitoral.

Um estudo feito por Amaral e Braga (2013) sobre a escolha dos partidos sobre os candidatos que iriam concorrer para deputado federal nas eleições de 2006 e 2010, pelo estado de São Paulo, ajudam a ver a lógica por trás do recrutamento partidário. Além de mostrar que a ideia de que os partidos são fracos é na verdade uma má interpretação do funcionamento partidário brasileiro.

Mainwaring (1992), por exemplo, fala que o controle das lideranças partidárias sobre a seleção de candidatos é fraco devido as regras eleitorais do sistema e da natureza descentralizada da seleção dos candidatos aos cargos eletivos. Isso ocorreria por causa do desenho do sistema eleitoral de lista aberta, e da candidatura nata¹, que simplesmente seria a garantia por parte do parlamentar que detém o mandato de concorrer ao mesmo cargo na próxima eleição, independentemente do partido que ele estiver filiado (PORTO, 2002, p.92), entretanto o uso da candidatura nata deixou de ser utilizada em 2002.

Esses fatores acabariam fragilizando a ideia da formação de um partido forte, entretanto esses atores esquecem de levar em consideração que há regras e condições muito diversas para se adentrar aos partidos. Na legislação brasileira, tanto eleitoral, quanto partidária, os partidos são os detentores do monopólio da representação política, pois como já dito, é proibido que haja uma candidatura independente, dessa maneira os partidos possuem a autonomia de recrutar seus membros, tanto de quem irá ocupar cargos

¹ A candidatura nata foi introduzida no ordenamento jurídico do país por meio da Lei n. 6 055, promulgada em 17 de junho de 1974. A lei estabeleceu as regras para as eleições daquele ano e previu, em seu artigo 8º, que deputados federais e estaduais deveriam ser considerados candidatos natos nos seus partidos. Ela deixou de ser aplicada desde que, em 24 de abril de 2002, no julgamento da medida cautelar da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) n. 2 530-9, promovida pelo então Procurador-Geral da República, Geraldo Brindeiro, o Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu-se a eficácia do parágrafo 1º do artigo 8º da Lei n. 9 504/97 (AMARAL, BRAGA; 2013; p.34).

administrativos dentro do partido, quanto de quem irá concorrer a cargos eletivos (AMARAL, BRAGA; 2013; p.35).

Porém, é claro que isso pode variar entre partidos, pois, há aqueles partidos “nanicos” que dependem mais do capital político individual do candidato, por isso, para poder ter uma projeção maior aceitam aqueles indivíduos que possuem grande capital político individual, trazendo então a ideia de partido de aluguel.

Claro exemplo disto foi a eleição de Bolsonaro em 2018, que mudou de partido, PSC, para ir para o PSL, para que pudesse se lançar como candidato à presidência. Que por ter um capital político próprio, que leva com ele, não depende de um partido. O que mostra a ideia de partidos de aluguel que é um problema central no Brasil, e que não existem regras claras para o seu recrutamento, se é que existem, quanto os partidos tradicionais.

Ademais a legislação então passa para que os partidos definam em seus regimentos internos as normas e maneiras que irão ser selecionados esses candidatos. Assim sendo, quem está dentro da máquina partidária possui o poder de decidir quais são essas regras, mostrando então que os partidos possuem sim uma organização e uma força que é superior ao indivíduo em si.

Dessa forma os partidos acabam escolhendo seus candidatos a partir da visão que eles têm do provável sucesso desses candidatos na corrida eleitoral.

Sabendo então que os partidos possuem sim o poder sobre o recrutamento partidário é necessário entender como eles selecionam seus candidatos. É importante levar em consideração que os partidos buscam o sucesso eleitoral, e por isso, eles geralmente utilizam de ao menos um candidato que seja “puxador de voto” para que o sucesso eleitoral seja alcançado, caso não possuam um “puxador de voto” eles buscam aumentar o número de candidatos ou fazem alguma coligação que o ajudem a conseguir votos (AMARAL; BRAGA; 2013; p.36-38).

Contudo para um indivíduo chegar ao âmbito das eleições ele geralmente passa por uma seleção do partido. Estudo feito por Bolognesi (2013) fala sobre o processo de seleção de candidaturas para deputados federais nas eleições de 2010 nos quatro maiores

partidos brasileiros (DEM, PMDB², PSDB e PT). Segundo o autor, a seleção de candidatos é aquele momento no qual os indivíduos deixam suas condições de qualificados politicamente e passam a fazer parte de um grupo de candidatos que são responsáveis por representar eleitoralmente seus partidos/filiações.

Durante a análise de Bolognesi (2013) nota-se que há diferentes níveis de democracia em cada um desses partidos, por isso, caso a decisão seja mais competitiva há mais chances de grupos que não controlam o partido entrarem e serem selecionados para concorrer a cargos eletivos, enquanto aqueles partidos que são mais tradicionais há maior controle de quem adentra os espaços. Esse maior controle pode causar uma menor diversificação dos perfis de quem adentra o partido, e que por isso, o partido que seria mais democrático, de modo que possui uma maior diversificação no perfil de seus candidatos seria o PT.

Para chegar a essa conclusão o autor utiliza de quatro dimensões, propostas por Hazan e Rahat (2010), retiradas do enquadramento que eles fizeram sobre seleção de candidatos (HAZAN & RAHAT, 2010; apud BOLOGNESI; 2013; p.49-50).

Essas dimensões abarcam a *inclusividade dos requisitos*, *inclusividade do selectorate*, *descentralização do processo* e *forma de escolha dos candidatos*.

a) Inclusividade dos requisitos

Esse ponto se refere aos requisitos tanto formais, quanto informais que são impostos pelos partidos, isso acaba revelando o quão inclusivo o partido é no quesito oportunidade para inserção de candidatos.

Como já explicado, no Brasil é proibido que haja candidaturas independentes e o partido acaba retendo e monopolizando todo processo, fazendo com que ele adote suas próprias regras para seleção de candidatos. Porém, há algumas regras que são gerais para todos os partidos, que são aquelas estabelecidas pela lei eleitoral 9.504/97, que estabelece critérios para a seleção de deputados federais, como idade mínima, alistamento eleitoral, domicílio, etc. (BOLOGNESI, 2013, p.50).

A partir daí Bolognesi mostra como cada um dos partidos seleciona seus candidatos, e se os estatutos desses apresentam requisitos adicionais ao processo de

² Hoje o PMDB chama-se MDB. O partido passou por uma mudança de nome em 2017, onde retirou a sigla P, que representava “partido” de seu nome.

seleção. E dos partidos analisados (DEM, PMDB, PSDB e PT) apenas o PT adiciona um requisito ao seu estatuto para a seleção de seus candidatos. Entre esses requisitos se encontra um ponto que faz o candidato assine e registre em cartório o “*compromisso Partidário do Candidato Petista*” que acaba mostrando uma influência e controle por parte dos líderes do partido sobre os candidatos (BOLOGNESI, 2013, p.51).

Além de que esse compromisso deixa claro que caso o candidato ganhe as eleições, o mandato pertence ao partido e não ao indivíduo. O PT ainda apresenta candidatos que acham importante firmeza ideológica e apoio a movimentos sociais e de base. Isso, quando relacionado a estudo sobre lealdade partidária ajudam a mostrar o porquê do PT e partidos de esquerda apresentarem deputados muito mais leais a ideologia e aos seus líderes de partido, do que aqueles deputados de partidos considerados de centro ou de direita (MARENCO, 2001; NEIVA, 2011; SOUSA, 2009).

Já os demais partidos não apresentam nenhum requisito formal ou informal, como apoio a movimentos sociais e de base e/ou firmeza ideológica, que sejam tão diferenciados a ponto de excluir candidatos. Mostrando que eles, ao menos na hora que selecionam os candidatos, não estariam tão interessados em seus antecedentes em relação a movimentos de base e ideologia, quanto o PT, mais sim em garantir o sucesso eleitoral. Ou seja, eles dão mais importância para a trajetória individual do que a partidária do candidato.

É importante de se notar que na hora de selecionar os candidatos, todos os partidos aqui analisados, dão preferência para aqueles que buscam a reeleição. Isso, pois, esses indivíduos já passaram pelo processo de seleção dos partidos, já contam com votos de eleitores e eleições passadas, além de que podem utilizar o trabalho feito em outras legislações como maneira de conseguir agregar mais votos (BOLOGNESI; 2013).

Sendo eles então vistos como mais competitivos do que aqueles que estão tentando a primeira vez o cargo, excluindo também aqueles candidatos que estão indo de um cargo para outro, pois, se ele estiver indo de um cargo eletivo para outro, ele também já possui um histórico e trajetória, logo não é tão desconhecido dos eleitores.

Logo, os partidos ao buscarem o sucesso eleitoral podem até colocar candidatos que sejam considerados minorias, para tentar atrair o voto dessa parte da população, contudo, a campanha desse candidato será marginal a daquele que o partido considera

mais competitivo. Dessa maneira, a candidatura de candidatos “fora da norma” contará com menos recursos que dos que possuem um perfil “vencedor”.

Isso, pois, a candidatura de um negro(a) e/ou de uma mulher não são consideradas competitivas, e nos pouco casos que são, eles(as) são puxadoras de voto para os demais candidatos do partido. E nesse caso os candidatos que possuem alguma dessas características e são competitivos, em grande parte das vezes são de partidos de esquerda.

Isso, pois, ao olharmos as minorias representadas em nosso Congresso, em sua maioria elas advêm de partidos de esquerda, e já fizeram em algum momento parte de movimentos sociais, associativos, etc. Segundo estudo de Marengo e Serna (2007) 70% dos parlamentares de esquerda já participaram de movimentos de associação coletiva antes de serem eleitos, e isso também pode levar a hipótese de que a candidatura de partidos de esquerda é menos individualista e baseia-se menos nos recursos individuais dos candidatos e em seus capitais.

Essa hipótese também surge porque é possível ver que as minorias de raça e gênero, em grande parte, participam de movimentos sociais e de movimentos que busquem dar voz a suas lutas, e quando um partido, como o PT e outros de esquerda, levam em consideração esse histórico de movimentos sociais como requisito para a candidatura do indivíduo é bem mais provável vermos as candidaturas dessas minorias, neste tipo de partido, ao invés daqueles que buscam um candidato competitivo.

b) Inclusividade do selectorate

Selectorate seria o grupo que detém o poder de influenciar e determinar quem são os candidatos selecionados para disputar as eleições pelo partido. Seria um controle horizontal dos filiados ao partido. A maneira como o *selectorate* age é de maneira a garantir o sucesso eleitoral, há varias teorias que explicam como eles agem, porém no caso dos partidos aqui analisados eles apresentam a utilização do método sortido (BOLOGNESI, 2013, p.55-56, apud HAZAN & RAHAT, 2010).

O método sortido seria onde diferentes candidatos, passam por diferentes *selectorates* que irão se distinguir em relação ao seu nível de inclusividade. Sendo assim, uma parte dos candidatos é escolhida através de um colégio de líderes, outros por delegados do partido. Contudo, mesmo utilizando do mesmo método de seleção há

divergências entre os partidos brasileiros analisados, no geral a maior parte dos candidatos é selecionada pelos líderes dos partidos, porém há casos no qual ocorre a participação de filiados e delegados nesse processo de decisão, como no PT, onde a maioria de seus candidatos afirma terem sido escolhidos por delegados do partido. Mostrando que há certa distribuição de poder entre as partes que formam os partidos.

No caso do PT e PSDB essa distribuição de poder entre as camadas formadoras do partido é mais igualitária, porém nos outros há uma maior tendência de se pesar mais para o lado das lideranças partidárias. Já o DEM foi o partido mais excludente de todos, utilizando em grande parte de sua seleção sua elite partidária ou um líder único. E o PMDB seria o partido que se aproxima do modelo cartel de organização (BOLOGNESI, 2013, p.59, apud KATZ 2011).

O modelo cartel de organização seria caracterizado segundo, Katz e Mair (1995), como partidos que passam a integrar o Estado, que possui uma visão de seus membros como algo individualista e não como um grupo organizado, e como a ideia de que se está na política para se tornar um profissional político. Neste modelo esta independência do indivíduo e a falta de um compromisso claro pode levar a uma dificuldade de se distinguir quem é membro e quem não é, além de que isso também leva a uma base partidária que não interfere tanto dentro das decisões do partido. Isso, leva a existência de um líder maior que consegue legitimar seu poder dentro e fora do partido apontando para uma grande e formalmente autorizada filiação (p.16-20).

O que acaba causando com que o líder tenha uma independência individual, e os demais membros não tenham tantos privilégios dentro do partido, a ponto de influenciar as decisões da cúpula partidária. E é por isso, que o PMDB, ao ser analisado por Bolognesi acaba se enquadrando dentro deste modelo de partido, pois, o partido anula a possibilidade de existir qualquer intermediário que possa exercer algum controle sobre a elite do partido. Ou seja, os filiados do partido não possuem qualquer poder que faça com que participem da escolha dos candidatos. Mostrando assim, que a elite partidária do PMDB é completamente separada da base do partido, e retém para si todo domínio sobre a seleção de candidaturas, como um partido cartel.

c) Descentralização do processo

Há três tipos de descentralização do processo de escolha dos candidatos, podendo ser ela: territorial; organizativa e social. A descentralização territorial ocorre em países

federados como o Brasil de modo a dar liberdade as instancias regionais dos partidos. A organizativa está ligada a participação de diversos *selectorates*, ou seja, se um candidato é escolhido por mais de um *selectorate* mostra que o partido descentraliza essa função. E o último tipo que é o social, seria se o partido utiliza de grupos associados ou ações afirmativas para que haja a garantia da representatividade de grupos minoritários em seu quadro (BOLOGNESI, 2013, p.60).

No primeiro caso de descentralização territorial é possível de se deduzir que todos os partidos utilizam desse tipo de descentralização, pois, primeiro a legislação coloca que os indivíduos que pretendem concorrer ao cargo de deputado federal devem ser indicados pela cúpula regional do partido. E segundo, pois, as dimensões territoriais do Brasil acabam tornando que seja quase que impossível, que uma cúpula nacional, ou até mesmo estadual, faça a indicação de todos os candidatos que devem concorrer a cargos eletivos. Centralizando a escolha de quem será candidato sobre poucas pessoas.

Porém, é possível ressaltar o fator “localizado”, isso, porque, o Brasil adota de uma legislação eleitoral centralizadora, que exige uma nacionalização dos partidos, mesmo que o nosso sistema partidário seja, na prática, desigualmente distribuído.

O próximo tipo de descentralização, organizativa, é relacionada ao número de *selectorates* que participam, e que quanto maior a quantidade de pessoas que participam do processo de seleção de candidatos, maior é a descentralização organizativa. Os tipos de *selectorates* utilizados seriam: filiados, delegados do partido, associações ou instituições ligadas ao partido, líderes partidários e o líder único.

No caso do PSDB e DEM nota-se que há uma grande descentralização do processo, já que eles utilizam dos cinco *selectorates* para que haja a decisão de seus candidatos, ou seja, há um menor controle sobre quem controla esses âmbitos, devido a descentralização do processo. Já no PMDB e PT a mobilização da esfera partidária não é tão intensa, ou seja, eles não utilizam todos os *selectorates* existentes na escolha de seus candidatos, o PMDB utiliza apenas três e o PT apenas quatro, do cinco *selectorate* que podem ser mobilizados (BOLOGNESI, 2013, p.61).

Contudo, mesmo havendo uma descentralização do processo, de maneira que alguns partidos utilizam de mais meios para selecionar os candidatos, é importante lembrar que esses meios podem ser controlados. De modo, que a descentralização do

processo não garante que haja de fato uma menor centralização da escolha dos candidatos em pequenos grupos dos partidos.

Já o último tipo de descentralização, a social, busca ver se há a participação de grupos associados ao partido ou ações afirmativas que garantem a representatividade de grupos minoritários. Segundo o estudo de Bolognesi os partidos não adotam uma descentralização social muito grande, a ponto de usarem quase que majoritariamente a indicação de órgãos internos para a escolha de candidatos. Já no caso das ações afirmativas, vemos que existem leis eleitorais e não partidárias para tentar diminuir a desigualdade de gênero que há dentro da política, porém não vemos nada que fale sobre questões raciais.

No Brasil desde 1995 existe uma lei que tenta corrigir a desigualdade de gênero, que acaba se manifestando no número de candidaturas que há entre homens e mulheres. Por isso, a existência de cotas para mulheres, como minoria que é historicamente marginalizada dentro da política, têm direito imediato à reparação na forma de ação afirmativa. Contudo, essa lei criada em 1995 ainda não tinha mostrado resultados palpáveis, tanto que nas eleições de 2014, há uma modificação na lei geral das eleições, 9.504/1997, que é substituída pela Lei 12.034, de 29 de Setembro de 2009, que obriga os partidos a preencher no mínimo 30% e no máximo 70% para candidaturas de cada sexo nos âmbitos municipal, estadual e federal³.

Os Tribunais Regionais Eleitorais (TRE) e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) durante as eleições de 2014 fiscalizaram o cumprimento desta regra, que coloca que os partidos tinham que ter no mínimo 30% de candidaturas femininas. E aparentemente foi possível ver um acréscimo de candidaturas femininas nessas eleições, segundo dados do TSE houve um aumento de 46,5% na quantidade de candidaturas femininas. Do número de candidaturas apresentadas, considerando apenas aquelas que foram consideradas aptas, o número de mulheres era 28,62%, o que é abaixo da cota de 30%. Entretanto isso foi um grande avanço comparando com apenas 22,43% das candidaturas nas eleições de 2010.

Contudo o aumento de candidaturas femininas não significa que houve de fato um aumento de mulheres que obtiveram sucesso na corrida eleitoral. Outras minorias, que dessa vez não contam com cotas, e que sofrem para adentrar ao mundo político é a de

³ “As mulheres na eleição de 2014” (ANDRADE; GRAÇA; RAMOS; SOARES; 2014);

negros e pardos, que não chegam a compor nem 50% do número das candidaturas dos partidos (CAMPOS, MACHADO; 2015).

O fato de que mulheres, negros e pardos são poucos selecionados para concorrerem a cargos eletivos, em especial nesse caso, ao cargo de deputado federal, pode se dar por diversos motivos. Primeiro, pelo que já foi analisado até aqui o partido busca ter um sucesso eleitoral, logo busca, por um perfil que já vem sendo utilizado há um bom tempo e que vem dando resultados, perfil esse que exclui mulheres, negros e pardos.

Outro motivo, pode ser o fator de gasto eleitoral, que mostra que quanto maior é o gasto em uma campanha, maior é a chance de obter sucesso na mesma. E segundo Campos e Machado (2015) eles mostram que candidatos não brancos arrecadam 53% menos em receita do que candidatos brancos. No mesmo estudo, candidaturas femininas arrecadam 69% menos que candidatos do sexo masculino (p.11-13). E no caso das candidaturas femininas há outras questões que tem se levar em consideração, que é o fato de que para elas entrarem dentro da arena eleitoral tem que levar em consideração muitos mais aspectos que os homens.

Em estudo feito por Fox e Lawless (2004) eles falam sobre as questões que levam as mulheres a adentrarem a arena eleitoral e decidirem a concorrer um cargo. No estudo, é possível perceber que muito menos mulheres já pensaram em algum momento em adentrar a disputa eleitoral, além de que, quando decidem adentrar, elas geralmente tentam em níveis estaduais, ao invés de nível federal.

Os autores citam neste estudo as considerações que as mulheres fazem antes de decidirem participar de uma eleição, são considerações que as fazem levar em conta: a cultura política, de modo que as mulheres tendem a participar mais da política naqueles estados que existe um padrão precoce de eleições de mulheres ao legislativo estadual, que há maior apoio da participação feminina nos assuntos públicos e que há menos diferença de gênero em termos de renda e grau de instrução; as responsabilidades familiares, de modo que as mulheres são historicamente mais cobradas no balanço entre família e trabalho; qualificações autopercebidas, sendo este fator a ideia de que as mulheres não se sentem qualificadas o suficiente para concorrer a cargos eletivos, de maneira a fazer com que elas enfatizem suas credenciais subjetivas e suas qualificações para tentar legitimar a sua candidatura, e isso é reforçado por uma visão misógina que a sociedade

tem sobre o sexo feminino, com preconceitos sobre a sua qualificação, seu estado emocional e seus deveres como mulher (FOX; LAWLESS; 2004; pp.142-143).

A outra consideração é a da motivação ideológica, do ponto de que as mulheres são motivadas a entrarem na política por se envolver em políticas relacionadas a mulheres e a crianças, e que elas são mais confiáveis em “temáticas de mulheres” como meio-ambiente, caridade e educação. Essa motivação ideológica também acaba afetando como elas são vistas dentro do próprio campo político, Pinheiro (2007) aponta que as mulheres que estão dentro da Câmara dos Deputados são muito mais cotadas a ocuparem comissões sobre temáticas sociais, do que aquelas que tratam sobre temas técnicos como economia e direito, isso também faz com que vejamos muito menos mulheres em cargos de líderes dentro da casa e até mesmo dentro das executivas do partidos. Pois, a progressão de suas carreiras é muito mais dificultada.

Por exemplo, em 2014 o PT adotou a paridade de gênero em seu estatuto, determinando que "as direções partidárias, delegações e cargos com função específica de secretarias deverão ter paridade de gênero (50% de mulheres e 50% de homens). Contudo, isso não chegou a se concretizar nacionalmente, porém estadualmente já se vê paridade no partido, segundo levantamento do Jornal do Comércio⁴, com dados retirados do TSE de 28 legendas estaduais do Rio Grande do Sul, apenas 3 partidos possuem paridade de gênero, sendo que 2 destes 3 possuem em seus estatuto algo que mencione isso.

Os partidos são: PR; REDE e PT, sendo que no PR há mais mulheres em cargos de comandos do que homens, com 51,8% de mulheres na sua comissão executiva. Enquanto isso, há partidos que há mais mulheres filiadas, porém elas não chegam a compor nem 20% das comissões executivas do partido, e há 3 partidos que não possui nenhuma mulher dentro da liderança partidária, sendo o DEM, PSC e PCB esses partidos (ARAÚJO; 2018; Disponível em: https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/2018/04/politica/623271-so-tres-partidos-tem-igualdade-de-genero-em-cargos-de-comando.html).

Ou seja, vemos que as mulheres sofrem não só para conseguir espaço dentro da arena eleitoral, mais também para conseguir voz dentro de seus próprios partidos. E isso faz com que elas levem em consideração mais aspectos do que os homens para poderem

⁴ https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/2018/04/politica/623271-so-tres-partidos-tem-igualdade-de-genero-em-cargos-de-comando.html (Acessado em 24/11/2018).

adentrar a política, além de que elas quando decidem concorrer, geralmente, possuem o apoio de alguma liderança partidária, que em sua grande parte, são homens. Vemos então, que as mulheres mesmo com cotas e com estatutos que busquem a igualdade de gênero possuem muitas dificuldades de adentrarem a política.

E que mesmo havendo leis para tentarem aumentar a participação dessa minoria dentro da política ela ainda não é totalmente eficaz, visto que mesmo que os partidos coloquem mais mulheres para concorrerem, eles não investem tanto em suas campanhas, para que elas sejam competitivas o suficiente para ganhar a disputa eleitoral. E além disto, não vemos nenhuma medida partidária para tentar incluir outras minorias, como a de pretos e pardos negros.

Ou seja, não há realmente uma descentralização social dentro dos partidos, de modo a trazer mais minorias sociais para o seu quadro. E essa falta de ações que tentem trazer essas minorias acaba refletindo diretamente dentro da composição do nosso Congresso e de como essas minorias se comportam lá dentro. Pois, vemos que nas eleições de 2014 menos de 10% da Câmara dos Deputados era composta por mulheres, sendo que apenas 0,6% se consideram negras, e 1,6% pardas. E no total apenas 3,5% dos parlamentares são pretos.

d) Formas de escolha dos candidatos

Se refere a maneira como é escolhida os candidatos, se é por meio de votação ou por meio de indicação. Os estudos feitos por Bolognesi (2013) apontam que o método da indicação é o mais utilizado pelos partidos analisados. Contudo, vale ressaltar que mesmo que os partidos participem ativamente do processo de seleção de candidato, é importante lembrar, que nem já apontando em outro tópico, quem do partido está participando deste processo. Pois, em alguns vemos que há soberania do líder partidário sobre os demais membros do partido, enquanto em outros partidos vemos que há mais o uso de delegados e filiados partidários (p.19).

Entretanto, mesmo a indicação sendo a forma majoritária de escolha de candidatos, nenhum partido apresentou apenas um método de escolha, todos utilizaram da votação também para escolher seus candidatos, alguns mais do que outros. Vemos que o PT escolheu seus candidatos por meio da votação em 76,7% das vezes, enquanto o

PMDB só utilizou deste método em 13,3% dos casos. Já o oposto pode ser dito destes partidos, pois o PT é o partido que menos utilizou do método de indicação, com apenas 23,3% dos seus candidatos sendo indicados, enquanto o PMDB indicou 86,7% de seus candidatos.

Para Bolognesi (2013) o que se percebe é que o PMDB seria o partido menos democrático na escolha de seus candidatos, pois, além de usar majoritariamente da indicação, ele é o partido que em todos os tópicos se mostrou mais fechado a interação com as bases partidárias, deixando as decisões sobre as mãos dos líderes partidários. Enquanto o PT seria considerado o partido mais democrático, visto que ele é o partido que menos utiliza não só da indicação para escolher seu candidato, mais também pelo fato que é o partido que deixa essa escolha menos concentrada nas mãos das lideranças do partido.

Contudo, ao analisar todos os tópicos acima, vemos que mesmo um partido com alto nível de democracia interna, como é o caso do PT, não significa que haverá uma maior quantidade de minorias para concorrer às eleições. Não há dados conclusivos sobre os motivos concretos porque minorias raciais não possuem tanta representatividade, como há para as de gênero, isso, pois, há poucos estudos que falem sobre raça, contudo no estudo de Campos e Machado (2015) pode-se perceber que as dificuldades que as minorias raciais enfrentam acabam sendo mais ou menos semelhantes aos das minorias de gênero.

Porém, o efeito do gênero é maior, pois, há a obrigatoriedade de 30% de candidaturas femininas, porém, não quer dizer que sejam candidaturas competitivas. Já como não há cotas para negros, não há nada que obrigue os partidos a coloca-los como candidatos.

E do meu ponto de vista, o motivo pelos quais os partidos, independentemente de serem mais democráticos ou não na escolha de seus candidatos, acabam não tendo muitas candidaturas de mulheres e de não brancos se dá pelo fato que os partidos não vêm essas minorias como candidatura competitiva. Um bom parâmetro para definir uma candidatura competitiva seria “[...] aquelas que obtiveram ao menos 20% da votação recebida pelo último candidato eleito [...]” (CAMPOS; MACHADO; 2015; p.137). E observando este fator percebe-se que os não brancos possuem chance 41% menor de apresentar uma

candidatura competitiva, enquanto as mulheres 38% menor de serem caracterizadas como competitivas (CAMPOS; MACHADO; 2015; p.138).

Essa falta de competitividade desses grupos acaba sendo causada, não só, mas também pelos partidos, que por não os verem como grupos que são competitivos o suficiente para ganhar uma eleição, não investem em suas campanhas, e as vezes não os recrutam por não apresentarem o perfil de sucesso. Ou seja, a falta de competitividade destes grupos, é causada por um problema institucional dentro dos partidos, que não os percebem como perfis de sucesso, e por isso vemos uma baixa representação destes grupos dentro dos espaços de decisão, como a Câmara dos Deputados.

Porém, essa percepção destes grupos pelos partidos pode estar começando a ser mudada, visto as mudanças que a sociedade civil está passando, e que os debates de gênero e de raça ganharam mais espaço dentro da sociedade brasileira. E isso, é um avanço, pois, nas eleições de 2018 vimos que as mulheres ganharam mais representação dentro da Câmara dos Deputados, e o mesmo pode ser dito sobre não brancos. Nas eleições como um geral vimos uma ascensão destes grupos minoritários, foram eleitos para a Câmara dos Deputados, um total de 125 não brancos⁵ (nesse caso considerando apenas negros e pardos) e um total de 75 mulheres⁶. O que é grande avanço, visto que nas últimas eleições apenas 51 mulheres haviam sido eleitas, e apenas 103 negros e pardos haviam sido eleitos.

Apesar disso, é importante ressaltar que mesmo eleitos, essas minorias podem ser consideradas periféricas dentro do espaço da Câmara dos Deputados. Isto é, mesmo elas tendo vencido uma barreira que é adentrar o campo político, não quer dizer que elas serão aceitas e irão participar deste campo da mesma maneira que os seus demais pares. Mais especificamente, o que quero dizer é que o alto clero, que são os parlamentares que possuem mais poder dentro da Câmara dos Deputados, ainda é altamente elitizado, sendo mais uma barreira para a participação dessas minorias em espaços de decisão.

⁵ <https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/564047-NUMERO-DE-DEPUTADOS-NEGROS-CRESCE-QUASE-5.html> (Acessado em 20/12/2018);

⁶ <https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/564035-BANCADA-FEMININA-NA-CAMARA-SOBE-DE-51-PARA-77-DEPUTADAS.html> (Acessado em 20/12/2018);

Capítulo 2 – Perfil biográfico da classe política brasileira

A classe política brasileira sempre foi muito elitizada, e isso pode ser causado por diversos motivos, um deles sendo o recrutamento partidário, que reflete a desigualdade política existente dentro da sociedade brasileira. Isso, pois, a sociedade brasileira ainda é altamente desigual, causando com que o recrutamento político possua um viés, que tender a recrutar uma elite privilegiada. Ou seja, ele alimenta e reflete a desigualdade existente na nossa sociedade, porém, não é o fator causador da desigualdade. Por isso, traçar um perfil dos parlamentares ajuda a entender este processo, porém, não o explica como um todo.

Vendo isso, este capítulo tem como intuito fazer um breve perfil biográfico de uma parcela da classe política brasileira, mais especificamente, os parlamentares que se encontram dentro da Câmara dos Deputados na 55ª legislatura, iniciada em fevereiro de 2015.

Mesmo que todos os deputados ocupem o mesmo espaço, que é a Câmara dos Deputados, há diferentes níveis de atuação para cada um, de modo que aquelas minorias que conseguem adentrar o espaço acabam ficando na periferia da tomada de decisões. Isso, pois, dentro da Câmara dos Deputados há uma divisão entre “elite” e “não elite”, que também podem ser chamados de “alto clero” e “baixo clero” de modo que aqueles que estão dentro do “alto clero” são os parlamentares que possuem o poder de coordenar e tomar as decisões dentro da casa.

Porém, é necessário ressaltar que ser minoria não impede que os parlamentares alcancem cargos de destaque dentro da casa. O que acontece é que ser parte de um grupo subalterno/marginalizado cria “desvantagens” para que alguém avance na carreira, alcance espaços de reconhecimento e acumule capital político. Entretanto, não impede que cheguem a altos cargos, só que haverá mais dificuldades para alcançá-los.

Por isso, ao discorrer sobre a classe política brasileira tentarei ver se há diferenças de perfil entre ela como um todo e aqueles que são ocupantes dos altos cargos dentro da casa.

A pesquisa na qual se baseia este capítulo teve como fonte primária dados fornecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre cada um dos 513 deputados eleitos para a 55ª legislatura, que teve início em 2015. Vale ressaltar que todos os dados

fornecidos pelo TSE foram repassados pelos candidatos à Justiça Eleitoral, por isso, houve cruzamento de dados com o perfil de cada parlamentar no site da Câmara dos Deputados, em seu site pessoal e/ou de seu partido, assim como outras fontes de informações secundárias. Tal tratamento foi feito de maneira a tentar construir um perfil mais preciso sobre cada parlamentar, pois, as vezes eles repassam informações sobre suas vidas que não condizem com a realidade.

1. A classe política brasileira

A classe política brasileira desde seus princípios foi ocupada em grande maioria por homens, brancos, que faziam parte da alta cúpula da sociedade brasileira, ou seja, faziam parte daquela pequena porcentagem da população que eram considerados classe alta. Contudo, a partir da eleição de Luis Inácio Lula da Silva 2002 começa a haver uma “popularização” desta classe política, segundo Rodrigues (2006).

Isso, pode ser dá, pois Lula veio de um partido de esquerda, o Partido dos Trabalhadores (PT), que tem um viés mais inclusivo, e que é mais ligado as classes trabalhadoras da sociedade, do que os partidos de direita, que possuem correligionários que são mais ligados a posições empresariais. Além disto, Lula representa a ascensão da classe trabalhadora ao poder quando vemos o seu perfil, que diferente do restante da classe política, naquele momento, era muito mais condizente com a realidade de sociedade brasileira.

Isso, pois, Lula advém dos movimentos sociais, era sindicalista, fazia parte da classe trabalhadora e não possuía ensino superior, e sim ensino técnico. Tal perfil fez com que ele se assemelhasse com a sociedade brasileira, que luta até hoje, para ter seus jovens e adultos terminarem o ensino médio. E isso, fez com que a partir de 2002 as eleições para a Câmara dos Deputados começassem a ter uma popularização no perfil dos políticos eleitos, segundo Rodrigues (2006).

Pois, até aquele momento, a classe política brasileira era composta por membros das camadas mais altas da sociedade, de maneira que não havia uma espécie de sentimento de representatividade dos representantes com os representados. Pois, no final das contas à sociedade brasileira é composta majoritariamente pelas classes baixas e

médias em questões socioeconômicas, e que não possuem o nível superior completo, e na maioria das vezes nem o ensino regular completo.

Por isso, a eleição de Lula em 2002 é momento de virada para as minorias não só sociais, mais econômicas se verem mais representadas dentro da esfera política a ponto de quererem participar, que Rodrigues se refere. Pois, infelizmente as mudanças de raça e gênero são muito mais lentas de serem observadas, e é processo que não tem traços tão populares, como a ascensão e acesso colocados do ponto de vista econômico.

Rodrigues (2006, 2014), por exemplo, apresenta uma tese de que a continuidade da democracia de massas no Brasil é acompanhada de um processo de “popularização” da classe parlamentar. Contudo, ao utilizar o termo “popularização” o que vemos não é uma ascensão de membros das camadas mais pobres da população para a Câmara dos Deputados, e sim a um aumento de deputados que advém da classe média.

A ideia de “popularização” trazida pelo autor é na verdade a sugestão de acontece um descolamento “para baixo” nas fontes ocupacionais dos novos integrantes da Câmara dos Deputados. Ou seja, não ocorre de fato uma ocupação do espaço da Câmara dos Deputados por membros das classes populares, que são aqueles que não possuem altos níveis de escolarização, que possuem baixa renda, realizam trabalhos manuais, e que suas profissões são menos prestigiosas. É na verdade uma “popularização” que traz para dentro daquele espaço uma classe média altamente escolarizada (RODRIGUES; 2006; p.6).

Ou seja, há uma popularização da classe que faz da política a sua profissão, de maneira a diminuir o espaço ocupado pela elite tradicional da política, que são os que, ou já vem de famílias tradicionais do campo político e/ou que ocupam as camadas mais altas em níveis educacionais, renda e status. E aumenta-se o espaço daqueles que advém da classe média, não da classe média como um todo, e sim de suas camadas, majoritariamente, daquelas de escolaridade alta (RODRIGUES, 2006, p.7).

Então o que há não é uma invasão da classe baixa, e sim de pessoas que também continuam a não representar de forma realista a composição da população brasileira. Contudo, tal aspecto de mudança na composição da Câmara dos Deputados ressalta como a eleição do presidente afeta diretamente na eleição do parlamento, pois, a vitória de Lula permite que os partidos de esquerda passem a ter maior representatividade dentro do parlamento.

E é isso que naquele momento vemos um aumento de parlamentares que advém das classes trabalhadoras, de modo que já exerceram alguma profissão antes de se tornarem políticos, e uma diminuição daqueles que eram empresários e que entraram para política e/ou que sempre foram políticos visto o histórico familiar. Por isso, mais do que a ideia de “popularização” da classe política brasileira vemos que há uma diversificação do perfil profissional e educacional dela (SIMONI JUNIOR; MOREIRA DARDAQUE; MALTA MINGARDI; 2016)

Além disto, é importante ressaltar a ideia de que mesmo que haja uma “popularização” da classe política tem que se ver se ela é simétrica, de modo que ela alcance todos os níveis de poder dentro da Câmara dos Deputados. Isso, pois, mesmo todos os deputados que ocupam aquele espaço serem membros da classe política brasileira há uma distinção entre eles, de modo que uma centralização do poder decisório nas mãos de certos parlamentares.

2. Quem possui o poder decisório?

Esses parlamentares que possuem o poder decisório em suas mãos são considerados, em alguns casos “alto clero”, enquanto os demais seriam “baixo clero”. Contudo, essa definição serve mais como percepção para os próprios agentes políticos, do que na ocupação de cargos. A questão é se eles possuem alto ou baixo reconhecimento entre os seus pares, é a ideia de capital político.

Pois, quem tem um grande capital político, muitas vezes, está em posições de alto poder decisório, porém, isso não é necessariamente uma regra. Pois, há diferenças entre um líder de um partido grande, que possui alto nível de reconhecimento, e um líder de um partido menor, que é menos reconhecido e até menos respeitado pelos demais pares.

E quem seriam esses parlamentares que detêm o poder político? Segundo a literatura internacional e nacional há um certo consenso de que são aqueles parlamentares que fazem parte da mesa diretora, liderança partidárias e presidência de comissões, pois, eles conseguem ter o controle da agenda política em suas mãos. Pois, acabam ficando em suas mãos o poder de decisão de como serão organizados os processos de decisão dentro da casa (FIGUEIREDO, LIMONGI, 1999; LEMOS, 2008; MOURA, FREITAS, MEDEIROS, 2008; RICCI, LEMOS, 2004; SANTOS, 2002).

Para método de análise deste trabalho, entretanto, não foram inclusos na análise os parlamentares que foram presidentes de todas comissão, com exceção ao presidente da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC), por ser a mais importante da casa. Aqueles que chegaram a fazer parte da composição da mesa diretora, da liderança e/ou 1º vice-lideranças. Os demais vice-líderes também não entram para a análise, assim como os relatores de projetos de grande importância, que mesmo não ocupando cargos institucionais também podem influenciar os trabalhos legislativos.

É importante ressaltar também que a denominação utilizada para definir esses parlamentares que possuem o poder decisório, será “deputados com altos cargos” e “deputados sem altos cargos”. A utilização dessa nomenclatura é importante para essa pesquisa, pois, analiso aqui apenas aqueles que ocuparam algum cargo de importância dentro da casa, por isso, defini-los como “alto clero” e “baixo clero” poderia causar divergências com a metodologia utilizada para este trabalho⁷.

Por isso, foram considerados “deputados com altos cargos”, todos os parlamentares que ocuparam a mesa diretora, com exceção dos suplentes, nos biênios 2015-2017 e 2017-2018, assim como aqueles que estiveram nas lideranças partidárias, de bloco, de governo, da minoria e da oposição que chegaram a ocupar o cargo entre janeiro de 2015 e outubro de 2018. Tais dados foram fornecidos pela Secretaria Geral da Mesa (SGM) da Câmara dos Deputados.

A mesa diretora no caso é composta por sete membros titulares (um presidente, dois vice-presidentes e quatro secretários) e quatro suplentes de secretários, totalizando assim 11 deputados. São eles responsáveis, segundo o regimento interno da casa, pelos serviços administrativos da Câmara dos Deputados, e pela direção dos trabalhos legislativos. É importante ressaltar que os membros efetivos da mesa não podem fazer parte de lideranças partidárias, nem de comissões permanentes, especiais ou de inquérito.

E as lideranças partidárias, de blocos partidários, da maioria e da minoria são eleitos por suas bancadas no início de cada ano, com periodicidade variável. Geralmente os líderes ocupam por um ano o cargo, porém podem ficar mais ou menos, tudo irá depender de seu comportamento e outras instâncias que podem influenciar o momento

⁷ A escolha da utilização de “deputados com altos cargos” e “deputados sem altos cargos” se deu de maneira a não haver confusão metodológica e tornar mais claro os objetivos desta pesquisa. Pois, a utilização de “elite” e/ou “alto clero” e “baixo clero” possuem diferenças analíticas que poderiam prejudicar a compreensão e o objetivo do que aqui vem sendo analisado.

político, assim como seu mandato no cargo. Já a liderança do governo é indicada pelo Executivo, e é responsável por defender os interesses do Executivo dentro do Legislativo.

O líder partidário será a figura que irá nortear os membros de seu partido sobre o posicionamento que o partido irá adotar dependendo da matéria a ser apreciada, ele será membro do colégio de líderes, que junto com os demais líderes, se reúne com membros da mesa diretora para decidir a pauta da casa, assim como a prioridade de alguns projetos sobre os outros.

Cabe ao líder também dizer qual deputado irá participar de qual comissão, logo, caso um deputado possua divergências com a opinião do líder, dependendo da matéria a ser discutida o líder pode mudá-lo de comissão. A importância do líder nesse caso ficou bastante nítida durante a votação das denúncias contra o presidente Michel Temer (MDB) no ano de 2017. Durante a votação da denúncia na comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) foi bastante comum que os líderes dos partidos, que faziam parte da base aliada de Temer, trocassem os deputados que se mostravam a favor da denúncia, por aqueles que iriam votar contra a denúncia.

Os líderes também podem indicar quem serão os deputados que irão ser os presidentes das comissões, ter direito a discurso por um tempo maior que os demais deputados, além de outras premissas que são de extrema importância para o trabalho legislativo. Contudo, não são todos os partidos que podem ter líderes partidários, para isso, é necessário que o partido tenha cumprido com a cláusula de barreira fixada pela Emenda Constitucional 97⁸.

Caso isso não se concretize, o partido sem líder partidário, terá direito a um representante que poderá fazer o uso da palavra, uma vez por semana, por cinco minutos, durante o período destinado às comunicações de liderança⁹. Ou seja, um representante partidário terá algumas prerrogativas a mais que os demais deputados, porém, ainda não pode ser considerado como detentor de um alto cargo, visto as poucas prerrogativas que ele possui.

⁸ Segundo a emenda é necessário que o partido, nas eleições para a Câmara dos Deputados, tenha no mínimo 1,5% dos votos válidos, distribuídos em pelo menos 1/3 dos estados; ou tiverem eleito ao menos nove deputados federais também distribuídos em 1/3 dos estados.

⁹ Presente no art.9 § 4º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD);

Esses parlamentares que ocupam a liderança e a mesa diretora, são então os parlamentares que irão direcionar todo o trabalho legislativo. Em reuniões semanais esse grupo irá decidir quais matérias deverão ser pautadas, discutidas e decidirão qual será o posicionamento de seus partidos sobre estas.

Ou seja, tudo que é votado na casa é em sua grande parte decidido por esse pequeno grupo de parlamentares, que como veremos adiante não passou por um processo de “popularização” tão grande como os demais parlamentares.

3. Perfil da classe política

Para essa análise de perfil foram analisados de todos os 526 parlamentares que chegaram a assumir durante a 55ª legislatura, até mesmo daqueles que já haviam se retirado do cargo, e dentro desse grupo todos os 125 deputados que ocuparam “altos cargos” durante esta legislatura. Os principais aspectos analisados foram o perfil educacional e a profissão que o parlamentar ocupou antes de adentrar o cargo, assim como a raça declarada pelo parlamentar e o gênero. Para que o perfil fique o mais leal e o mais próximo daqueles feitos pelos autores que também chegaram a fazer esse perfil, como Rodrigues (2002), Mucinhato (2014) e Mingardi, Mucinhato e Simoni Júnior (2016), foram utilizadas preferencialmente fontes primárias de dados, assim como categorias que se aproximem desses autores nos quais faço diálogo.

Assim como, utilizarei do perfil feito por Mucinhato (2014), no qual o autor faz um balanço do perfil biográfico dos deputados eleitos entre 1986 e 2012, cobrindo então da 48ª legislatura, até a 54ª legislatura. E o perfil feito por Mingardi, Mucinhato e Simoni Júnior (2016), no qual os autores fazem um perfil do que eles consideram alto e baixo clero nesses mesmos moldes dos deputados eleitos entre 1995 e 2010, como base de comparação para os dados que encontrei, porém diferente deles não analisarei todos os presidentes de comissões.

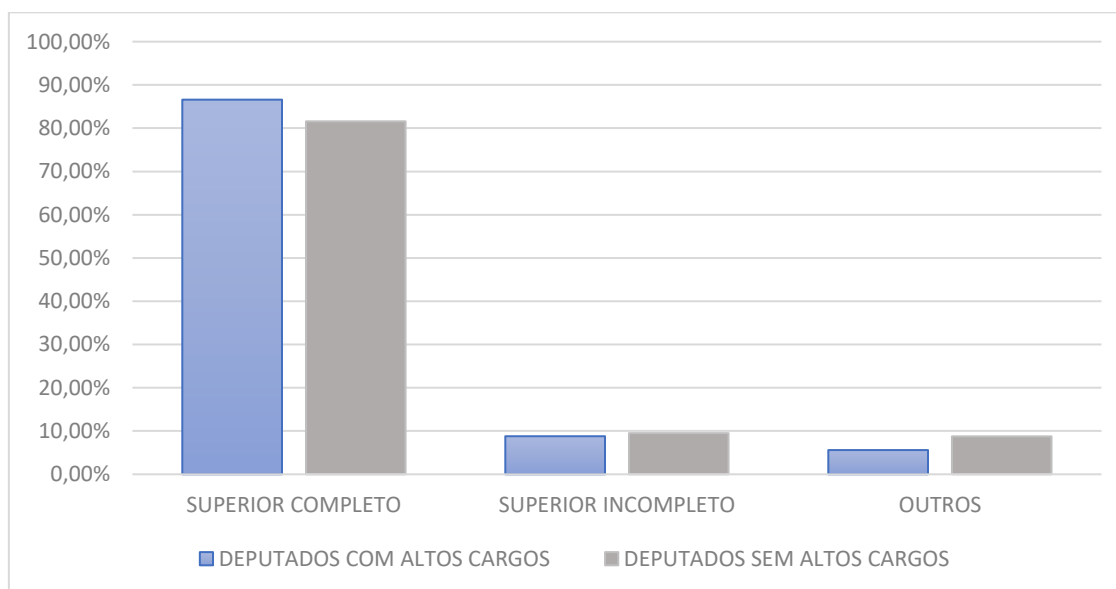
E assim como esses autores é importante ressaltar que existe um grupo de parlamentares, que mesmo não ocupando as posições institucionais aqui estudadas, também podem deter o poder de influência na casa. Porém, o critério utilizado para essa pesquisa não cobre esse grupo, pois, para critérios de análise me atenho a aspectos institucionais formais, que possuem informações disponíveis.

a) Perfil Educacional

Tal perfil foi feito levando em conta dois aspectos o grau de escolaridade dos parlamentares e o curso de formação deles.

No caso do grau de escolaridade a distribuição foi feita em três níveis: ensino superior completo, superior incompleto e outros (que engloba aqueles que apenas possuem o ensino regular, ensino técnico, ensino fundamental completo ou não e/ou são apenas alfabetizados).

Gráfico 1 – Comparação do grau de escolaridade entre “ocupantes de altos cargos” e “não ocupantes”



Fonte: Elaboração própria a partir de informações fornecidas pelo TSE e pelo site dos deputados.

Como pode-se ver o nível de escolaridade dos parlamentares que ocupam “altos cargos” é bastante similar com aqueles que “não ocupam cargos” de maior destaque. De modo que em ambos os grupos a taxa de deputados que possuem ensino superior se encontra acima dos 80%, e os que se enquadram em superior incompleto e em outros em ambos os grupos está abaixo dos 10%.

Estes números mostram que tal ideia de “popularização” da classe política é complicada de se acreditar, pois, como vemos que 80% dos parlamentares tanto da elite parlamentar quanto da não elite possuem ensino superior. E isso é bastante nítido em estudo feito por Campos e Machado (2017) no qual os autores colocam que o fator classe,

de modo que possuir ensino superior ou não, é um dos principais fatores para a desigualdade nas votações, assim como o fator gênero.

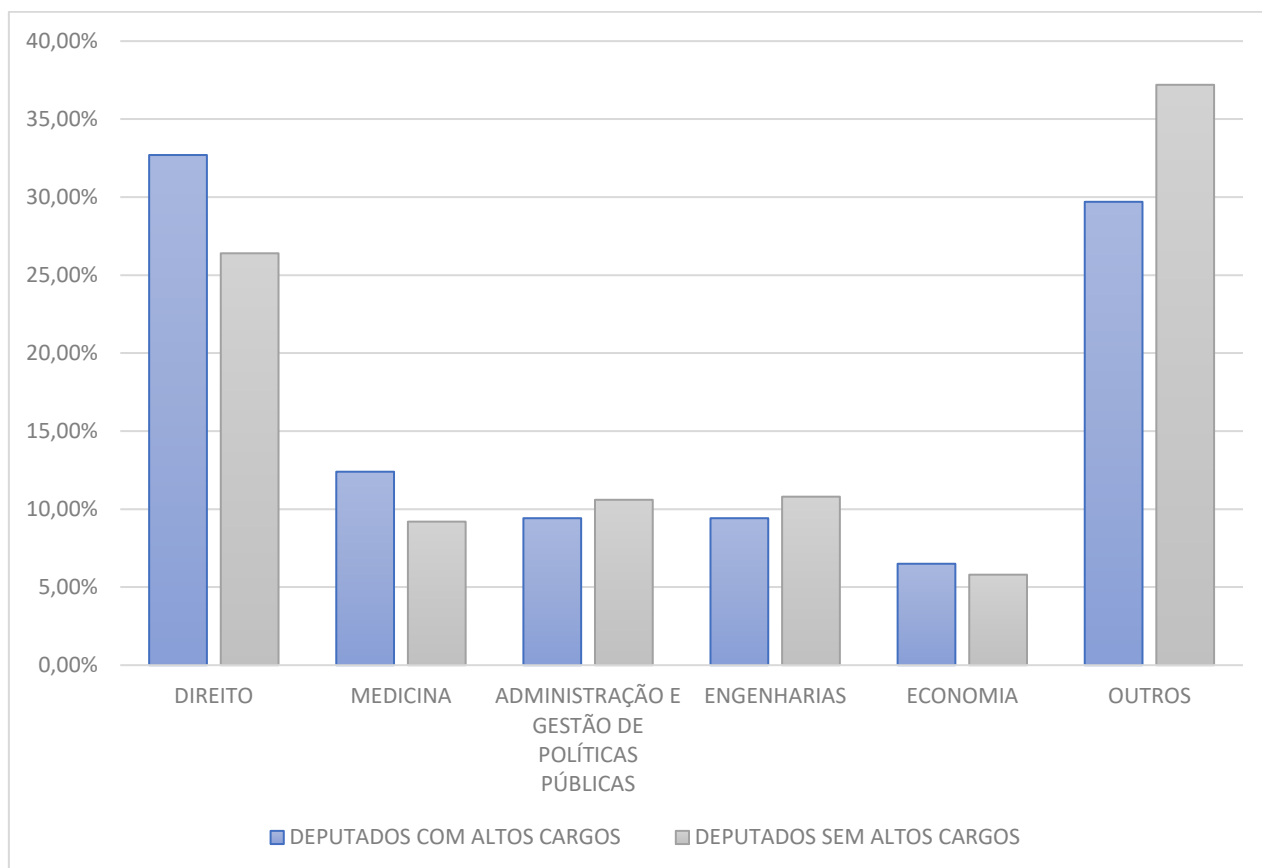
Algo que não condiz com a realidade da sociedade brasileira, pois, segundo dados da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgadas neste ano, mais de 50% da população adulta entre 25 e 64 anos não possuem concluíram o ensino médio, e menos de 20% dos jovens entre 24 e 34 anos chegam ao ensino superior¹⁰.

E ao comparar esses dados com os obtidos por Simoni Júnior, Mucinhato e Mingardi (2016) vemos que não há muita diferença, pois, segundo os dados encontrados pelo autores a quantidade de parlamentares analisados por eles entre 1995 e 2010 mostra também que aqueles considerados por eles, alto e baixo clero, que concluíram o ensino superior são mais de 80% do total dos parlamentares, assim como os com superior incompleto e os que se encontram na categoria outros não passam de 20% dos deputados.

Logo, vemos uma problematização com a ideia de “popularização”, pois, não é de fato uma entrada de pessoas das camadas baixas da sociedade, e sim uma mudança do perfil da própria elite, de modo que há menos políticos advindos de famílias e da elite tradicional, por políticos advindos da classe média alta e que possuem ensino superior. Por isso é importante também ver qual é o perfil dos cursos cursados pelos parlamentares, como mostra o gráfico abaixo.

¹⁰ OECD (2018), Education at a Glance 2018: OECD Indicators, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/eag-2018-en>.

Gráfico 2: Comparação dos cursos mais frequentados pelos deputados “com altos cargos” e pelos “sem altos cargos”



Fonte: elaboração própria a partir de dados fornecidos pelo TSE e pelo site dos deputados

Já neste segundo gráfico nota-se que há pequenas diferenças nos cursos feitos pelos parlamentares dos dois grupos. Vemos que diferentemente dos parlamentares “sem altos cargos”, aqueles que possuem “altos cargos” em grande parte cursaram direito, medicina e economia, que são cursos tradicionais. Já no outro grupo temos mais engenheiros, administradores e gestores públicos e parlamentares que se enquadram na categoria “outros”. Tal resultado quando comparado com os resultados encontrados por Muchinato, Mingardi e Simoni Junior (2016) e até mesmo com Rodrigues (2002) vemos que esse é um perfil constante dentro da Câmara dos Deputados, porém que vem sofrendo mudanças dentro dos membros da elite.

De modo que aqueles parlamentares que fizeram cursos mais tradicionais como direito e medicina estão começando a entrar em uma paridade com aqueles cursos menos tradicionais, que se enquadram dentro da categoria “outros”, porém tal mudança é lenta

e não tem como mostrar ao certo qual direção ela irá tomar nas próximas legislaturas, ainda mais pelo cenário incerto do atual momento político brasileiro.

O que vemos no geral ao analisar o perfil educacional da classe política brasileira, de modo a ver se há algum tipo de diferenciação entre os membros dos dois grupos, é que na verdade ambos os grupos possuem um perfil educacional extremamente semelhante. E que nessa ideia de popularização, vemos na verdade uma diversificação do perfil dos deputados, porém diversificação do ponto de vista dos cursos que eles frequentam.

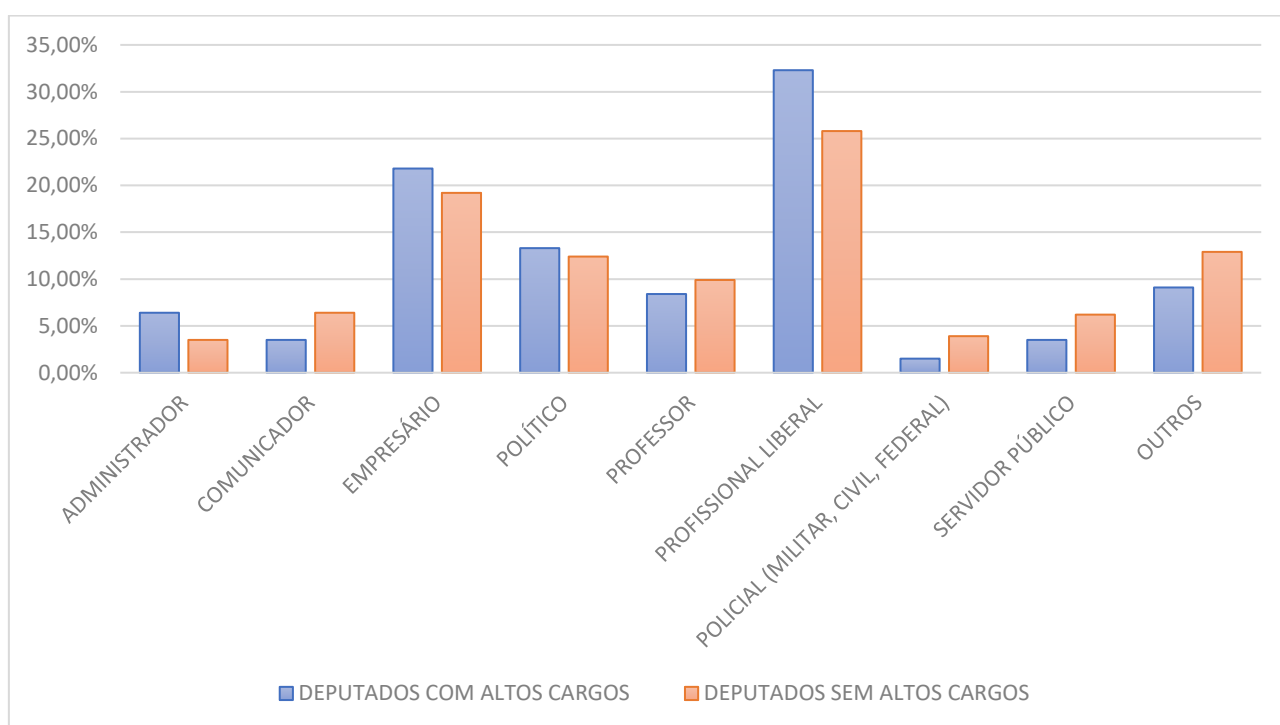
De maneira, que os cursos que não são tão tradicionais, que são classificados na categoria “outros”, como jornalismo, odontologia, fisioterapia, farmácia, etc, começam a crescer em detrimento de uma queda, ainda que pequena, dos cursos mais tradicionais. Porém, no geral ainda vemos uma elite com um perfil educacional muito alto, o que não mostra uma representatividade concisa da realidade da sociedade brasileira.

b) Perfil profissional

A segunda característica a ser analisada é o perfil profissional dos deputados eleitos para 55ª legislatura. Sendo esta categoria uma das mais importantes para ver se há realmente uma popularização da classe política brasileira, de modo a ver se há uma diminuição dos deputados que são empresários e um aumento daqueles que são profissionais liberais, trabalhadores manuais, etc.

As categorias utilizadas para as profissões foram: empresários, de modo que não houve diferenciação de empresário urbano ou rural; servidor público; professores, tanto de ensino regular quanto superior; comunicadores, que são os que já foram radialistas, jornalistas, pessoas que trabalharam diretamente em meios de comunicação; profissionais liberais tradicionais, como médicos, engenheiros, economistas e advogados; policiais (militar, civil, rodoviário e federal); pastor; político e outros, que seriam as demais profissões que não se encaixam nas categorias acima mencionadas.

Gráfico 3 – Distribuição comparada do perfil profissional (55ª legislatura)



Fonte: elaboração própria a partir de dados fornecidos pelo TSE e do site dos deputados

O que dá para se afirmar a partir deste gráfico, que mostra o perfil profissional dos deputados antes de se tornarem deputados, é que ainda temos um número razoavelmente grande de empresários que adentram ao campo político. Porém, vemos uma grande quantidade de profissionais liberais, como médicos, advogados e engenheiros, assim como uma quantidade razoável que tem suas profissões classificadas como outras, porém, ainda vemos uma grande quantidade de deputados que foram enquadrados como “políticos”, que em grande parte advém de famílias tradicionais da política, ou que não exerceram outras profissões antes de se elegerem para qualquer cargo público.

Vemos que dentro do grupo de parlamentares com “altos cargos” há uma sobreposição de três profissões, a de profissionais liberais, empresários e políticos. Porém, ao observar o perfil do outro grupo, percebe-se que esses três grupos ainda são predominantes, porém, há uma maior diversificação do perfil profissional do que dentro daqueles que estão em posições de destaque.

E ao comparar este resultado com os de Rodrigues (2006) e Muchinato, Mingardi e Simoni Junior (2016) vemos que o número de empresários diminui durante duas legislaturas (52ª e 53ª), porém ao mesmo tempo houve uma diminuição de profissionais

liberais. Em comparação houve um aumento de professores, servidores públicos e dos que se classificam em “outros”.

Isto, acaba mostrando que está havendo uma diversificação do perfil profissional dos parlamentares, de modo que aqueles que são empresários e/ou são profissionais em profissões que são consideradas tradicionais, como, advogados, estão diminuindo. Em contraponto, profissionais de outras áreas, como dentistas, fisioterapeutas, aumentam. Vemos também um aumento de pastores dentro da Câmara dos Deputados, e tal aumento de figuras ligadas às igrejas evangélicas só vem aumentando dentro da Câmara.

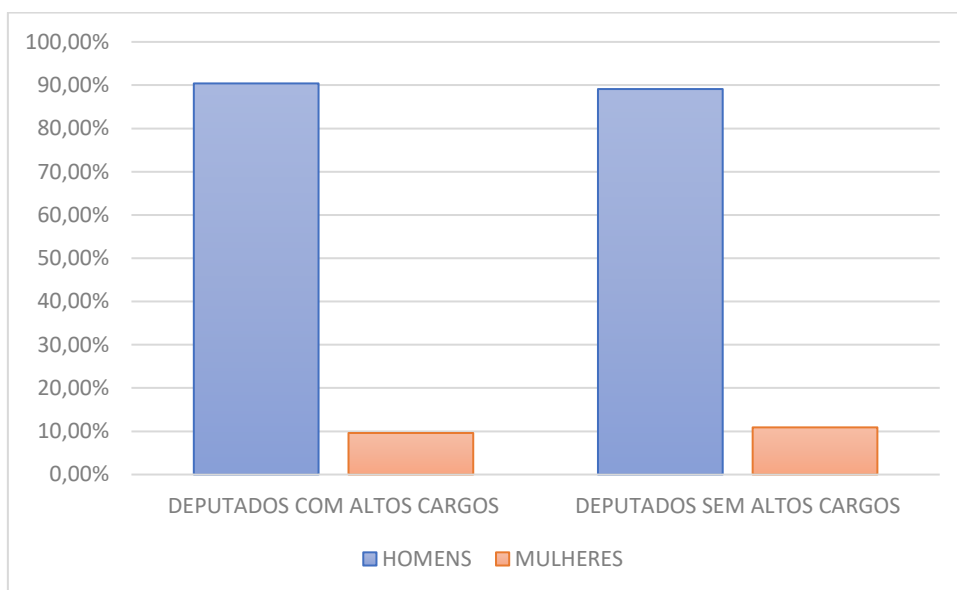
E ao observar esse perfil profissional dentro dos ocupantes de “altos cargos”, vemos que a tomada de decisões ainda está muito concentrada nas mãos de uma camada muito diferente do restante da sociedade brasileira, que são empresários, advogados e médicos.

Ou seja, ao mesmo tempo que está havendo uma diversificação do perfil profissional nos dois grupos, ainda há uma concentração profissional, que não é condizente com o perfil da população do nosso país.

c) Perfil de gênero e raça

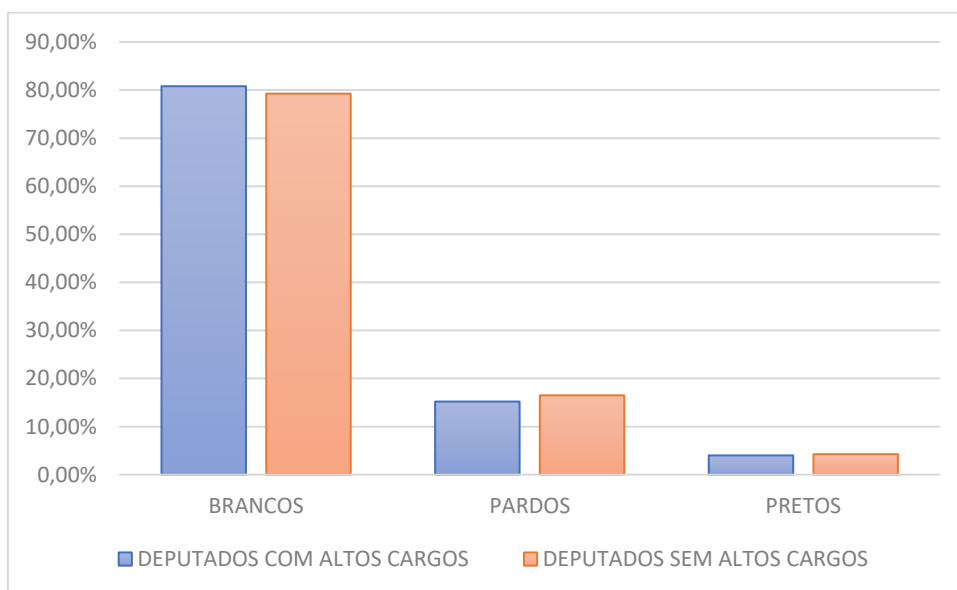
Este perfil tem como intuito como o resultado do recrutamento político afeta a maneira como minorias de gênero e de raça se posicionam dentro do jogo político. Pois, como colocado no primeiro capítulo o recrutamento partidário é uma grande barreira de entrada para essas minorias alcançarem o sucesso eleitoral, pois, as vezes elas nem chegam a ser escolhidas para concorrer. Porém, em alguns casos essas minorias conseguem quebrar as barreiras do recrutamento partidário e adentrar o campo político. Entretanto, mesmo entrando naquele espaço, elas acabam ficando na periferia do processo decisório, pois, não conseguem alcançar estes cargos de poder que centralizam o processo de tomada de decisão.

Gráfico 4 – Perfil de Gênero



Fonte: elaboração própria a partir de dados fornecidos pela SGM;

Gráfico 5 – Perfil de Raça autodeclarada



Fonte: elaboração própria a partir de dados fornecidos pela SGM e pelo TSE;

O que vemos em ambos os gráficos, e que já suspeitávamos, é que a quantidade de minorias raciais e de gêneros dentro da câmara baixa é extremamente deficitário, e que em momento algum chega a ser ao menos parecido com o perfil de gênero e raça da sociedade brasileira.

E que tanto mulheres, quanto pretos não chegam nem a 10% daquele em cargos de destaque, e mais preocupadamente é o caso de pretos, que não chegam a ser nem 4% deste total. E não há nenhuma mulher preta dentro do grupo de deputados “com altos cargos”. Ou seja, mesmo essas minorias terem conseguido fazer parte da classe política, elas acabam se encontrando na periferia do processo de tomada de decisão. A tabela abaixo busca mostrar como é a designação dos cargos a partir do perfil de raça e gênero dos parlamentares.

Tabela 1: Relação Cargo x Gênero x Raça

	Líder	1ºVice-líder	Presidência da CD/CCJC	1ºVice- Presidência	2ºVice- Presidência	1ªSecretaria	2ªSecretaria	3ªSecretaria	4ªSecretaria
Mulher Branca	3	5	0	0	0	0	1	1	0
Mulher Parda	1	1	0	0	0	0	0	0	0
Mulher Preta	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Homem Branco	54	27	6	0	1	2	0	0	2
Homem Pardo	8	6	0	2	0	0	0	1	0
Homem Preto	3	2	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pela SGM e pelo TSE;

E a partir da tabela 1, vemos que no caso das mulheres, que quando conseguem adentrar este espaço, ficam designadas na maior parte das vezes a posição de 1ª vice-líder e não a de líder, ou seja, a mulher mesmo adentrando a esfera da tomada de decisão ela não é a personagem principal. Das 11 mulheres que chegaram a ocupar algum cargo na liderança partidária, apenas 4 foram líderes de seus partidos, sendo o PCdoB, PSB e o PTN os únicos partidos que tiveram líderes mulheres. Sendo o PCdoB, um partido de esquerda, o único partido a ter duas líderes mulheres e um líder negro.

Ou seja, as mulheres são facilmente excluídas das posições de poder dentro da casa, o que acaba mostrando um claro problema estrutural e institucional, não só dos partidos políticos, mais de um sistema patriarcal que a séculos coloca as mulheres como subalternas. Ou seja, as mulheres acabam sendo privadas de ocupar cargos máximos de poder, e isso de tal modo reflete a realidade das mulheres, não só brasileira, e sim de todo o mundo, que mesmo possuindo as mesmas qualificações que homens, ou até mesmo melhores, acabam enfrentando dificuldade de alcançar cargos máximos de poder.

Os negros também sofrem dificuldade de alcançar essas posições de poder, porém, se for analisar a probabilidade de um homem preto e uma mulher preta chegar à liderança partidária, veremos um homem nesta posição e não uma mulher. Logo, há uma dificuldade não só para as mulheres como um todo de alcançar uma posição de poder, porém tal feito é mais complicado para uma mulher preta.

E o que fica bem claro a partir deste ponto é que essas minorias de gênero e raça, precisam vencer não apenas o recrutamento partidário na fase de seleção de suas candidaturas e nem mesmo a eleição, mas também barreiras que existem dentro dos partidos para que ao chegarem a Câmara elas não fiquem na periferia da tomada de decisões.

E neste, ao fazer este breve perfil biográfico da classe política como um todo, e entre aqueles que centralizam em suas mãos o processo decisório, não só desta legislatura, mais também com as de outras legislaturas, vemos que não há muitas mudanças neste perfil.

A classe política como um todo ainda é altamente elitizada, não só em questões sociais, educacionais, porém, também raciais e de gênero. De modo, que mulheres, pretos

e pardos encontram muito mais dificuldade de adentrar a Câmara dos Deputados e de participar da elite que ali se forma.

Contudo, já começamos a ver que há uma queda de deputados que vieram, de uma elite tradicional, de empresários, de membros das camadas mais altas da sociedade, e começa a crescer aqueles que advém das classes médias, e que são profissionais liberais. Porém, isso é muito mais uma diversificação ainda elitizada do perfil da classe política brasileira, do que uma “popularização” dela como colocado por Rodrigues (2006).

Capítulo 3 – Dilma x Temer – perfil dos deputados em cargos de destaque

Este último capítulo busca analisar se o afastamento da presidenta Dilma Rousseff causou mudanças no perfil dos deputados que compõe os altos cargos dentro da Câmara dos Deputados, podendo ser mudanças de trajetória e de atuação. E ver se há realmente de fato uma mudança significativa das características dos deputados que se encontravam no núcleo do poder durante o segundo governo da Presidente Dilma, e aqueles que passaram a fazer parte do poder após o *impeachment*.

Tal ideia surge, pois, seguindo a ideia de que o Brasil vivia sob um presidencialismo de coalizão, como sugerido por Abranches (1988), e admitido pela literatura da área, vemos que existem diversas ligações entre Executivo e Legislativo, de modo que a maneira de agir do Executivo, as coalizões formadas por ele, interferem diretamente na maneira como o Legislativo atua (ABRANCHES, 1988;2014; INÁCIO,2009; LIMONGI, 2006).

Sendo assim a mudança do chefe do Executivo também geraria mudanças dentro da composição dos que ocupam altos cargos: veríamos um perfil diferente desses parlamentares entre 2015 e meados de 2016, que seria o governo Dilma, e outro perfil durante o restante de 2016 até outubro de 2018, durante o governo Temer, que foi o período abordado para o recolhimento de dados dos parlamentares.

No segundo capítulo contanto, vemos que as características gerais, que tratam sobre profissão e perfil educacional é bastante homogênea dentro dos integrantes que possuem cargos dentro da casa. Porém, as suas trajetórias serão distintas, de modo que aqueles parlamentares que representam partidos como o PT, PCdoB e PSOL apresentam uma trajetória que, muitas vezes, se inicia em movimento estudantis, sindicais e sociais. Já os parlamentares que advêm de partidos de centro-direita e direita não possuem tanto relacionamento com esses movimentos de base. Tal distinção de trajetória está relacionada ao padrão de recrutamento partidário que os partidos fazem, como colocado no primeiro capítulo (MARENCO; SERNA; 2007).

Contudo, aquele grupo de parlamentares detentores do processo decisório, que ocupam cargos altos dentro casa, é composta por líderes de partidos distintos. De modo, que todos os partidos que possuem a quantidade de deputados necessária para ter uma

representação com liderança irá ser parte deste grupo, fazendo então com que os parlamentares que possuem poder decisório é um grupo composto por partidos distintos e com ideologias diversas.

Para tentar ver se há de fato uma movimentação e mudança no perfil dos parlamentares entre os governos, as tabelas abaixo tentarão mostrar se existem diferenças muito drásticas entre os perfis dos ocupantes dos cargos mais importantes dentro da Câmara dos Deputados. Por isso, diferente dos demais gráficos e tabelas, só utilizarei cargos chaves, como líderes dos partidos mais importantes da casa naquele momento. Que são os partidos que contavam com mais de 20 parlamentares, representando mais de 77% de parlamentares da casa, são eles: PMDB, PSDB, PT, DEM, PP, PR, PSD, PSB, PRB e PTB e as presidências das duas principais comissões, a de Finanças e Tributação (CFT) e a de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC), assim como os presidentes, vice-presidentes e membros da mesa diretora da Câmara dos Deputados.

Tabela 2: Comparação de perfil dos ocupantes Mesa Diretora e presidência da CFT e CCJC - Dilma X Temer

Cargo/Trajatória	Dilma						Temer					
	Ocupação profissional	Capital familiar	Gênero	Raça	Nível Educacional	Sindicato	Ocupação profissional	Capital familiar	Gênero	Raça	Nível Educacional	Sindicato
Presidente	Comunicador	Não	Masculino	Branca	Superior Completo	Não	Bancário	Sim	Masculino	Branca	Superior incompleto	Não
1º Vice-Presidente	Reitor Universitário	Não	Masculino	Parda	Superior Completo	Não	Empresário	Não	Masculino	Parda	Superior Completo	Não
2º Vice-Presidente	Empresário	Não	Masculino	Branca	Superior Completo	Não	Político	Sim	Masculino	Branca	Superior Completo	Não
1º Secretário	Empresário	Sim	Masculino	Branca	Superior Completo	Não	Empresário	Não	Masculino	Branca	Superior Completo	Não
2º Secretário	Empresário	Sim	Masculino	Branca	Superior Completo	Não	Profissional Liberal	Sim	Feminino	Branca	Superior Completo	Não
3º Secretário	Profissional Liberal	Não	Feminino	Branca	Superior Completo	Não	Político	Sim	Masculino	Pardo	Superior Completo	Não
4º Secretário	Empresário	Sim	Masculino	Branca	Superior Completo	Não	Servidor Público	Sim	Masculino	Branca	Superior Completo	Não
Presidente da CCJC (2015/2017)	Político	Sim	Masculino	Branca	Superior Completo	Não	Advogado	Não	Masculino	Branca	Superior Completo	Não
Presidente da CCJC (2016/2018)	Professor	Não	Masculino	Branca	Superior Completo	Sim	Político	Sim	Masculino	Branca	Superior Completo	Não
Presidente da CFT (2015/2017)	Advogado	Sim	Feminino	Branca	Superior Completo	Não	Político	Sim	Masculino	Branca	Superior incompleto	Não
Presidente da CFT (2016/2018)	Servidor Público	Sim	Feminino	Branca	Superior Completo	Não	Profissional Liberal	Não	Masculino	Branca	Superior incompleto	Sim

Fonte: Elaboração própria, a partir da formação de banco de dados fornecidos pela SGM, TSE e site dos parlamentares

Tabela 3 – Perfil das lideranças partidárias Dilma x Temer

Cargo/Trajectoria	Dilma						Temer					
	Ocupação profissional	Capital familiar	Gênero	Raça	Nível Educacional	Sindicato	Ocupação profissional	Capital familiar	Gênero	Raça	Nível Educacional	Sindicato
Líder do Governo	Bancário	Sim	Masculino	Branca	Superior Completo	Sim	Político	Sim	Masculino	Branca	Superior Completo	Não
Líder da Maioria	-	-	-	-	-	-	Profissional Liberal	Sim	Masculino	Branca	Superior Completo	Sim
Líder da Minoria	Empresário	Não	Masculino	Branca	Superior Completo	Não	Bancário	Sim	Masculino	Branca	Superior Completo	Sim
Líder do PT	Professor	Não	Masculino	Parda	Superior Completo	Não	Profissional Liberal	Sim	Masculino	Branca	Superior Completo	Sim
Líder do PMDB	Político	Sim	Masculino	Branca	Superior Completo	Não	Político	Sim	Masculino	Branca	Superior Completo	Não
Líder do PSDB	Empresário	Sim	Masculino	Branca	Superior Completo	Não	Político	Sim	Masculino	Branca	Superior Completo	Não
Líder do DEM	Empresário	Não	Masculino	Branca	Superior Completo	Sim	Profissional Liberal	Sim	Masculino	Branca	Superior Completo	Não
Líder do PP	Político	Sim	Masculino	Branca	Superior Completo	Não	Político	Sim	Masculino	Branca	Superior Completo	Não

Líder do PR	Empresário	Não	Masculino	Branca	Superior Completo	Não	Profissional Liberal	Não	Masculino	Branca	Superior Completo	Não
Líder do PSD	Profissional Liberal	Não	Masculino	Branca	Superior Completo	Sim	Profissional Liberal	Não	Masculino	Branca	Superior Completo	Não
Líder do PSB	Administrador	Sim	Masculino	Branca	Superior Completo	Não	Empresário	Sim	Feminino	Branca	Superior Completo	Sim
Líder do PRB	Comunicador	Não	Masculino	Preta	Superior Completo	Não	Servidor Público	Sim	Masculino	Branca	Superior Completo	Não
Líder do PTB	Profissional Liberal	Sim	Masculino	Branca	Superior Completo	Não	Profissional Liberal	Sim	Masculino	Branca	Superior Completo	Não

Fonte: Elaboração própria, a partir da formação de banco de dados fornecidos pela SGM, TSE e site dos parlamentares;

O que se nota a partir das tabelas acima é que não há muitas alterações nas características dos parlamentares que ocupam os cargos mais importantes da casa. Isso, é só um reflexo do que foi colocado no capítulo anterior de que a elite parlamentar brasileira ainda é altamente elitizada e desigual. Por isso, independente do governo não há muitas alterações nas características de quem ocupa os cargos, pois, todos possuem muitas semelhanças em seus perfis.

Talvez a única mudança perceptível seja dos parlamentares que são os líderes da minoria e do governo. Pois, até maio de 2016 o governo era o PT, e os partidos que faziam parte de sua coalizão, contudo com a saída de Dilma, conseqüentemente do PT, da presidência da República, eles se tornam dentro da Câmara dos Deputados membros da oposição e da minoria. Enquanto até maio de 2016 os partidos que eram oposição ao governo de Dilma e a minoria dentro da casa, com a chegada de Temer, passam a fazer parte da coalizão do Executivo e se tornam membros do governo e da maioria dentro da Câmara dos Deputados.

Logo, o perfil dos líderes da minoria e do governo, mudam em relação a origem deles. Por exemplo, até 13 de maio de 2016, um dia após o afastamento de Dilma da presidência da república, e a chegada de Temer ao cargo de presidência, o líder do governo era o deputado José Guimarães do PT, porém ele deixa de ser líder do governo, para se tornar líder da minoria, que é a maior bancada opositora ao governo, cargo que até aquele momento era ocupado por Miguel Haddad do PSDB. E a liderança do governo passa para o deputado André Moura, do PSC, que era um dos partidos da base aliada de Temer.

Esses dois deputados possuem trajetórias políticas distintas, porém, ambos advêm de estados do Nordeste, Ceará e Sergipe. Guimarães surgiu de movimentos sindicais, já Moura vem de família política e não era ligado a movimentos sindicais nem estudantis. Ou seja, o perfil ideológico e de trajetória política deles é distinta. Tal mudança pode ser explicada pelo viés ideológico do novo presidente, de modo que Dilma vinha de um partido com viés social, ligado a centrais sindicais, por isso, os seus membros, em muitos casos, tem alguma ligação com esses movimentos.

Enquanto o partido de Temer não está relacionado a movimentos ligados a trabalhadores, e quando visto o seu tipo de recrutamento e até mesmo suas coalizões partidárias nota-se que há uma relação maior com a ideia da classe política elitizada, que

os seus membros são de família política e/ou são empresários, membros das camadas mais altas da sociedade. E isso também fica mais explícito ao olhar a tabela acima, durante o governo de Temer vemos mais parlamentares com capital familiar ocupando cargos importantes, do que durante o governo de Dilma.

Porém, o que se nota é que o perfil dessa elite parlamentar não passa por muitas alterações drásticas, no geral ela continua sendo muito elitizada, e sendo ocupada por parlamentares que possuem características semelhantes. Ou seja, não há de fato uma rotatividade de perfil entre os parlamentares que possuem cargos importantes durante o governo Dilma e o de Temer.

Isso, pode acontecer por diversos motivos, sendo um deles é que estamos analisando o mesmo conjunto de parlamentares, não há uma mudança de legislatura. Tal circunstância faz com que as chances de haver uma mudança de perfil deste conjunto de parlamentares seja menor. Já que estamos tratando do mesmo grupo de parlamentares, que não passaram por alterações em seus perfis, o máximo que ocorre é uma relocação de cargo entre os deputados.

Observando então que não há mudanças significativas entre o perfil dos parlamentares, talvez seja importante notar o comportamento que esta elite adora nesse período, em especial de determinado grupo e como a relação do Executivo com o Legislativo seria essencial para tentar evitar tal crise, em especial um bom relacionamento com o presidente da Câmara.

E com isso vem a ideia colocada por Abranches de presidencialismo de coalizão. Segundo Abranches (1988) o presidencialismo brasileiro se organizava em grandes coalizões, por isso do nome “presidencialismo de coalizão”. Ali o presidente busca conciliar dois eixos, o partidário e o regional, buscando uma composição majoritária dentro do legislativo, pois, como o mesmo coloca a “[...] base de sustentação política não é apenas partidário-parlamentar, mas também regional [...]” (ABRANCHES, 1988, p.22).

O presidencialismo de coalizão é um conceito que possui diversos apoiadores, assim como diversos críticos, porém não é este o ponto a vir a ser tratado. E sim a ideia de ciclos do presidencialismo de coalizão que o próprio Abranches traz à tona em 2014, e como esses ciclos representam como foi o relacionamento do Legislativo com o Executivo nos dois primeiros anos do segundo governo de Dilma, e como é importante a

figura do presidente e de se ter uma maioria parlamentar a seu favor e não só seu partido e pequenos partidos de coalizão.

Segundo Abranches (2014) o presidencialismo de coalizão possui três fases: centrípeta, ambivalência e centrífuga. Na primeira fase há uma espécie de “lua de mel” entre o presidente e o legislativo, o presidente tem alta popularidade, a economia não está em crise, e isso acaba sendo um cenário favorável para que o Executivo aprove suas pautas no Congresso, o que causa que a oposição ainda não tenha muita força. Porém, essa fase começa a enfraquecer em períodos de crise, tanto na economia, como de corrupção, que começam a colocar a credibilidade do presidente em dúvida (ABRANCHES, 2014, p. 1-3).

E caso essa crise continue passa-se para a fase da ambivalência, que é quando o presidente começa a enfraquecer, assim como sua base, de maneira que a fragmentação partidária se torna mais notável, e os parceiros da coalizão começam a deixá-la, tornando a oposição mais forte. E caso o Executivo, na figura do presidente, não consiga reverter a situação entra-se na fase centrífuga, onde o governo passa a ter uma popularidade negativa, sua liderança é altamente contestada, o que causa uma paralisia decisória e legislativa (ABRANCHES; 2014; p.3-5).

E é nesse momento importante ressaltar o como seria importante para o presidente ter o apoio dos presidentes das casas legislativas do seu lado, pois, na fase centrífuga a oposição ganha muita força, de modo, que parlamentares que um dia já foram parte da base governista começam a se aproximar dessas novas lideranças da oposição, que pela baixa popularidade e credibilidade presidencial devidos as crises econômicas e de corrupção, acabam ganhando respaldo da população que passam a apoiar essas forças de oposição governamental (ABRANCHES; 2014).

E diferentemente de Lula, Dilma não conseguiu sair da fase da ambivalência, entrando então na fase centrífuga. Vale ressaltar que Dilma vinha de uma eleição extremamente polarizada, um fim de governo conturbado em 2014, enfrentava uma crise econômica e diversos escândalos de corrupção que envolviam figuras importantes de seu partido e de sua base aliada. Por isso, quando eleita com uma margem de diferença bem pequena, considero que ela já inicia seu mandato, em 2015, na fase da ambivalência, com uma oposição significativamente fortalecida, e a má relação entre a presidente e Eduardo

Cunha, o presidente eleito da Câmara dos Deputados, foi essencial para que ela entrasse na fase centrífuga.

Cunha, foi eleito presidente da Câmara com o voto da maioria dos parlamentares, fazendo então com que ele já tivesse uma base de apoio grande. Além de que, ele era conhecido por comandar o “baixo clero”, aqueles parlamentares que como já explicado não faziam parte do grupo que possui mais poder dentro casa, e que se encontravam marginalizados dentro do processo decisório. Sendo importante ressaltar que como presidente da Câmara dos Deputados ele possuía o poder de controle de agenda das matérias que seriam pautadas.

Cunha era do PMDB, partido que fazia parte da coalizão do governo, além de que Michel Temer era vice-líder de Dilma desde seu primeiro governo em 2010. Contudo, a relação PT e PMDB vinha a tempos sendo enfraquecido devido a diversos problemas, sendo a coalizão regional um dos principais fatores que causaram o mal-estar entre os dois partidos. Por isso, o PMDB que é um partido que sempre foi muito forte regionalmente, e sempre esteve como um dos maiores partidos dentro do legislativo federal era um partido importante de se ter como aliado.

Logo, o PMDB era um partido que mesmo sendo, teoricamente, da base aliada do governo, sempre possuiu divergências internas, que faziam com que nem sempre houvesse consenso dentro da bancada. E a figura do Cunha acabou personificando essa falta de consenso da bancada, pois, ele como presidente da Câmara dos Deputados comprou uma briga com a presidente da República, que com diversos outros fatores, levou a abertura do processo de *impeachment*.

O que acontece nessa situação é na verdade uma chantagem de Cunha em relação a presidente da república, que mesmo passando por uma crise de governabilidade, preferiu não aceitar as chantagens feitas pelo então presidente da Câmara dos Deputados. Que ao não ter seus pedidos atendidos pela presidenta decide pautar e trabalhar pelo processo de *impeachment* de Dilma e por sua aprovação.

Ao mesmo tempo tinha o líder do PMDB, o deputado Leonardo Picciani, que inicialmente, se mostrava contrário ao processo de *impeachment*. Isso mostrou a clara maleabilidade do partido e suas divergências internas, que existem em todos os partidos, porém, em certos casos ficam mais claros dentro do PMDB. Por isso, do ponto de vista

aqui trabalhado a ideia de afastamento da presidente Dilma, poderia ter sido evitada, caso a relação entre ela e Cunha tivesse ocorrido de maneira diferente¹¹.

Ou seja, o que quero mostrar é a importância do relacionamento entre legislativo e executivo e da solidez do presidencialismo de coalizão eram importantes para a manutenção de um governo. Pois, mesmo em um momento de crise, caso essa relação entre os dois poderes, e principalmente do líder do executivo com os membros dos altos cargos do legislativo, que fazem parte da coalizão governamental e/ou que são neutros é importante para que não haja uma crise governamental.

Pois, quando olhamos o perfil daqueles parlamentares que estão em posições de destaque dentro da casa, vemos, que não há muitas diferenças entre aqueles que ocupavam cargos no governo de Dilma e aqueles que passam a ocupar os mesmos cargos no governo de Temer. O que muda na verdade é seu relacionamento com o Executivo e sua atuação. Isso, ocorre, devido ao fato de que a classe política brasileira ainda é muito elitizada e semelhante, de maneira que os perfis parlamentares, tanto dos que possuem cargos, como daqueles que não possuem cargos é bastante homogêneo.

Porém, quando olhamos para o perfil de gênero e raça vemos que há um grande déficit na política brasileira. Pois, mesmo durante o governo da primeira presidenta mulher do país, vemos que há uma sub-representação de mulheres em cargos de poder dentro da Câmara dos Deputados. O mesmo vale para o perfil de raça, pretos e pardos quase não tem representação em cargos altos, em especial, os pretos, que quase não possuem espaço dentro da casa.

Ou seja, quando olhamos o perfil educacional e profissional tanto dos parlamentares que são líderes, presidentes de comissões, membros da mesa diretora, é um perfil bastante semelhante daqueles que não ocupam nenhum cargo. Entretanto, ao olhar o perfil de gênero e raça, vemos que mulheres, pretos e pardos estão marginalizados dentro do campo político, de maneira, que eles não possuem tanto espaço ou sequer algum espaço em cargos de liderança como homens brancos.

O que vimos neste capítulo é que na verdade não há uma mudança significativa do perfil dos parlamentares que possuem cargos de destaque, e sim de sua atuação. De

¹¹ Vale ressaltar que este trabalho não tem como intuito estudar o processo de *impeachment*, assim como os seus motivos e o que o causou, por isso não entrarei em mais detalhes sobre o assunto.

modo, que aqueles líderes que antes eram considerados minorias, passam a ter mais força e que junto com o principal membro do alto clero, que é o presidente da casa, passam a agir de maneira conjunta e com o respaldo da população, conseguem afastar Dilma do poder.

Conclui-se, que na verdade não há uma mudança de trajetória e de perfil dos parlamentares que ocupam os altos cargos dentro da Câmara dos Deputados nos governos de Dilma e de Temer. Ao comparar diretamente aqueles parlamentares que ocuparam os mesmos cargos nos dois governos, o que vemos é que ambos possuem características bastantes semelhantes, sendo poucos detalhes que realmente diferenciam seu perfil social e/ou de trajetória.

Dado isso, o que vemos é uma mudança na atuação desta elite, de maneira que aqueles que antes não estavam ligados a base governista, ganham mais força e sua atuação passa a ser mais ofensiva, de modo a diminuir o poder de atuação dos partidos da coalizão governamental. E a base governista vai se enfraquecendo, a ponto de não conseguir manter Dilma na presidência da república.

Conclusão

Este trabalho buscava fazer uma discussão institucional do legislativo brasileiro, mais especificamente da Câmara dos Deputados, além de trazer o debate de minorias raciais e de gênero. Além disto, buscou situar-se no período de instabilidade democrática que o Brasil passou com o afastamento de uma presidente do poder e ver como aqueles parlamentares que faziam parte de uma elite do legislativo se portaram diante de tal situação e se passaram por alguma mudança de perfil de trajetória e/ou social.

Para isso, inicialmente foi trazido o debate de elites políticas, de modo a trazer não só o debate clássico, mais também os críticos, e falar da existência de um grupo específico dentro da sociedade que será responsável pela tomada de decisões. Após isso, foi feita uma análise de como recrutamento político feito pelos partidos acaba influenciando na má distribuição e má representação de minorias sociais e de gênero dentro desses cargos de tomada de decisão.

Por isso, no segundo capítulo foi feito um perfil da classe política brasileira, onde foi analisado o perfil educacional, profissional, de gênero e de raça dos políticos que conseguiram adentrar a Câmara dos Deputados na 55ª legislatura, iniciada em 2015. Além de, mostrar que existe uma diferença entre os deputados, de modo que há uma divisão entre aqueles que possuem cargos e aqueles que não possuem, de modo que aqueles que possuem cargos têm um grande controle do poder decisório.

E percebemos que por mais que alguns autores falem sobre a popularização da Câmara dos Deputados desde a chegada do PT à presidência em 2002, ela ainda é um espaço bastante elitizado, de modo que as minorias sociais, e principalmente as de raça e gênero ainda são sub-representadas dentro da casa. E que elas mesmo ao quebrar barreiras, como o recrutamento partidário e as eleições, não conseguem alcançar cargos de liderança e/ou presidências de comissões tão facilmente, quanto os seus pares, de modo que acabam ficando na periferia de todo o processo decisório.

Já no terceiro capítulo foi possível ver que não há mudança no perfil daqueles que possuem cargo durante e depois a saída de Dilma da presidência. Ah sim uma mudança de parlamentares que estão compondo a mesa, as lideranças partidárias e a presidência das comissões, porém, o perfil deles é muito semelhante em ambos os governos. Ou seja, continua sendo um perfil majoritariamente composto por homens brancos, com ensino superior completo.

Logo, o que se viu ao decorrer de todo este trabalho foi que a Câmara dos Deputados ainda é um ambiente altamente desigual quando comparado com a realidade da população brasileira como um todo. E que o próprio recrutamento político, como colocado no primeiro capítulo, é um dos fatores que causam essa disparidade. De modo, que as parcelas mais frágeis da sociedade, tanto em questões econômicas, quanto de raça e gênero, ainda passam por muitas dificuldades para conseguir adentrar o campo político.

Por isso, quando buscamos analisar se há uma mudança no perfil da elite parlamentar que ocupa os principais cargos de poder dentro da Câmara dos Deputados durante o governo de Dilma e o de Temer, acabamos por não encontrar características muito destoantes dentro desse conjunto de parlamentar.

Como já falado, talvez o fato de não vermos essas diferenças seja porque estamos analisando, basicamente, o mesmo grupo de parlamentares, que foram os eleitos para a 55ª legislatura, com poucas alterações em sua composição. E que esse grupo como um todo possui um perfil bastante homogêneo, e por isso, mesmo havendo uma rotatividade em que ocupa cargos dentro da casa, os perfis dos deputados continuam sendo muito semelhantes.

No final, o que esta pesquisa consegue afirmar é que não há uma mudança no perfil dos parlamentares que concentram o poder decisório em suas mãos nos governos de Dilma e Temer, na verdade eles possuem características bastantes similares. E isso é causado por diversos motivos, entre eles, o que foi colocado aqui do recrutamento político, que acaba por reforçar uma desigualdade estrutural existente em nossa sociedade, de modo que pretos, pardos, mulheres e pobres possuem muito menos chances de conseguir adentrar o campo político e ocupar cargos de destaque dentro deste campo.

Referências Bibliográficas

ABRANCHES, Sérgio. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. *Dados*, vol. 31, nº 1, pp. 5-38, 1988.

_____. “Os ciclos do presidencialismo de coalizão.” *Ecopolítica Ensaios*, 2014. Disponível em: <http://www.academia.edu/6411308/Os_Ciclos_do_Presidencialismo_de_Coaliz%C3%A3o>. Acessado em: 02 de jan. 2019;

AMES, B. “Electoral Strategy Under Open-List Proportional Representation.” *American Journal of Political Science*, Bloomington, vol. 39, nº 2, pp. 406- 433, 1995;

_____. “Institutions and Politics in Brazil.” *Ann Arbor: University of Michigan*, 2001;

ARAÚJO, Livia. 2018. Disponível em:

<<https://www.jornaldocomercio.com/conteudo/2018/04/politica/623271-so-tres-partidos-tem-igualdade-de-genero-em-cargos-de-comando.html>> Acessado em 24 de nov. 2018;

ARON, Raymond. “Classe social, classe politique, classe dirigeante”. *Archives Européennes de Sociologie*, vol.1, nº 2, p.260-281, 1960;

BOLOGNESI, Bruno. “A seleção de candidaturas no dem, pmdb, psdb e pt nas eleições legislativas federais brasileiras de 2010: percepções dos candidatos sobre a formação das listas.” *Revista de Sociologia e Política*, [S.l.], vol. 21, nº 46, pp. 45-68, jun. 2013;

BOURDIEU, Pierre. “O campo político.” *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, nº 5, pp. 193-216, nov. 2011;

BOTTOMORE, T. B. “As elites e a sociedade”. Rio de Janeiro: Zahar, 1974;

BRAGA, Maria do Socorro Sousa; AMARAL, Oswaldo E. do. “Implicações do processo de seleção de candidatos na competição partidária: o caso brasileiro.” *Revista de Sociologia e Política*, [S.l.], vol. 21, nº 46, pp.33-43, nov. 2013;

CAMPOS, Luiz Augusto. MACHADO. Carlos. “A cor dos eleitos: determinantes da sub-representação política dos não brancos no Brasil” *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº16, 2015;

_____. “O que afasta pretos e pardos da representação política? Uma análise a partir das eleições legislativas de 2014.” *Revista de Sociologia Política*. Curitiba, vol. 25, nº 61, pp. 125-142, 2017;

FIGUEIREDO, Argelina C.; LIMONGI, Fernando. “Instituições Políticas e governabilidade: desempenho do governo e apoio legislativo na democracia brasileira”. In: MELO, C.R. de; AICÁNTARA SÁEZ, M.(Org.) *A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século XXI*. Belo Horizonte; Ed. UFMG, 2007.

_____. “Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional.” Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999;

FOX, Richard L. e LAWLESS, Jennifer L. “Entrando na arena?: gênero e a decisão de concorrer a um cargo eletivo.” *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº8, pp.129-163, 2012;

HAZAN, R; RAHAT, G. “Democracy Within Parties. Candidate selection methods and their political consequences.” *Oxford: Oxford University Press*, 2010;

INÁCIO, Magna. “Mudança procedimental, oposições e obstrução na Câmara dos Deputados.” In: INÁCIO, Magna; RENNÓ, Lucio (Org.). *Legislativo brasileiro em perspectiva comparada*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, pp. 353-380, 2009;

KATZ, R. “The problem of candidate selection and models of party democracy.” *Party Politics*. vol. 07, n. 3, p. 277-296, 2001;

_____. MAIR, P. “Changing models of party organization and party democracy: the emergence of the cartel party.” *Party Politics*. vol. 01, nº01, pp.5-28; 1995;

LEMOS, Leany e RANINCHESKI, Sonia. “Carreiras políticas no Senado brasileiro: um estudo das composições do Plenário e da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania na década de 90”. Em: *O Senado Federal brasileiro no pós-constituente*, editado por Leany Lemos, pp. 87-120. Brasília: Senado Federal, 2008;

LIMONGI, Fernando. “A democracia no Brasil: presidencialismo, coalizão partidária e processo decisório.” *Novos estudos CEBRAP*, nº 76, pp.17-41, 2006;

MAINWARING, S. “Políticos, partidos e sistemas eleitorais: o Brasil numa perspectiva comparada.” *Novos Estudos*, São Paulo, n. 29, pp. 34-58, 1991;

_____. “Brazilian Party Underdevelopment in Comparative Perspective.” *Political Science Quarterly*, New York, v. 107, n. 4, pp. 677-707, 1992;

_____. “Rethinking Party Systems in the Third Wave of Democratization. The case of Brazil.” *Stanford: Stanford University*, 1999;

MARENCO, André dos Santos. “Sedimentação de lealdades partidárias no Brasil: tendências e descompassos”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.16, nº45, 2001;

MILLS, C.Wright. “A elite do Poder”. Rio de Janeiro: Zahar, 1981;

MOSCA, Gaetano. “A classe dirigente”. In: SOUZA, Amaury de (org.) – *Sociologia política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996;

MOURA, Samuel; FREITAS, Rafael e MEDEIROS, Danilo. “Padrões de atuação das Comissões do Congresso Nacional (1988-2006)”. Comunicação apresentada no 32º Encontro Anual da Anpocs, Brasil, 2008;

MUCINHATO, Rafael Moreira Dardaque. “Quem são os deputados brasileiros? Um balanço do perfil biográfico de 1986 a 2012”. *Em O Congresso Nacional, os partidos políticos e o sistema de integridade: representação, participação e controle interinstitucional no Brasil contemporâneo*, editado por José Álvaro Moisés, 61- 88. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2014;

NEIVA, Pedro. “Coesão e Disciplina Partidária no Senado Federal” *Dados*, vol.12, nº33, p.87-101, 1997;

NORRIS, Pippa. “Procesos de reclutamiento legislativo: uma perspectiva comparada”. In: URIARTE, Edurne y Arantxa ELIZONDO (coord). *Mujeres em política*. Barcelona: Editorial Ariel, 2007;

PERISSINOTO, Renato e CODATO, Adriano. “Classe social, elite política e elite de classe: por uma análise societalista da política”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 2, pp.243-270, 2009;

PINHEIRO, Luana. “Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-constituente.” Brasília: *Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres*, 2007;

PORTO, E. C. “Dicionário do voto.” Brasília: UNB, 2000;

RAMOS, Daniela; GRAÇA, Eliana; ANDRADE, Gabriela; SOARES, Vera. “As mulheres nas eleições de 2014”. *Observatório de Gênero*, Brasília, 2014;

RICCI, Paolo e LEMOS, Leany Barreiro. “Produção legislativa e preferências eleitorais na comissão de agricultura e política rural da Câmara dos Deputados”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* vol. 19, nº55, pp. 107-129, 2004;

RODRIGUES, Leôncio Martin. “Mudanças na classe política brasileira”. *São Paulo: Publifolha*, 2006;

_____. “Pobres e Ricos na Luta pelo Poder: novas elites na política brasileira.” *Rio de Janeiro: Topbooks*, 2014;

SAMUELS, D. “When Does Every Penny Count? Intra-party competition and Campaign finance in Brazil.” *Party Politics*, Thousand Oaks, vol. 7, nº 1, pp. 89-110, Jan, 2001;

SANTOS, André Marenco dos e SERNA, Miguel. “Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai”, *Revista brasileira de Ciências Sociais*, vol.22, nº64, 2007;

SANTOS, Fabiano. “Partidos e comissões no presidencialismo de coalizão”. *DADOS-Revista de Ciências Sociais*, vol. 45, nº2, pp. 237-264, 2002;

SIMONI JUNIOR, Sergio; MOREIRA DARDAQUE, Rafael; MALTA MINGARDI, Lucas. “A elite parlamentar brasileira de 1995 a 2010: até que ponto vai a popularização da classe política?”. *Colombia Internacional*, nº87, pp.109-143, Aug. 2016;

_____. MUCINHATO, R. e MINGARDI, L. “O perfil biográfico do “alto clero” da Câmara dos Deputados no Brasil (1995-2010).” *Anais do Seminário Internacional de Ciência Política*. UFRGS, 2015;

SCHUMPETER, Joseph. “Capitalismo, Socialismo e Democracia.” Rio de Janeiro, Zahar, 1984 [1942];

SOUSA, Marconi Fernandes de. “Retirando as cadeiras do lugar: migração partidária na Câmara dos Deputados.” Dissertação em Ciência Política, Universidade de Brasília, 2009;

Outras fontes:

CÂMARA DOS DEPUTADOS DO BRASIL. “Diários da Câmara dos Deputados (DCD); Sistema de Informações Legislativas, módulo Deputados; Secretaria-Geral da Mesa.” 2018;

_____. “Regimento Interno da Câmara dos Deputados.” Estabelecido pela Resolução n. 17, de 1989;

EMENDA CONSTITUCIONAL 97 DE 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc97.htm Acessado em 16 de mar. 2019;

OECD (2018), Education at a Glance 2018: OECD Indicators, OECD Publishing, Paris, Disponível em: <https://doi.org/10.1787/eag-2018-en>; Acessado em: 23 de dez. 2018;

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Disponível em:

<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2014/candidaturas/divulgacao-de-candidaturas-divulgacand-2014> Acessado em: 20 de dez. 2018;